

# Apogeu e colapso do sistema internacional europeu (1871-1918)

Wolfgang Döpcke

## • 3.1 Tendências principais nas relações internacionais

Em 1871, ano no qual a França foi derrotada na guerra franco-prussiana e em que nasceu a Alemanha unificada, começou uma nova época nas relações internacionais, que terminaria entre 1914 e 1918, com o auto-enfraquecimento da Europa na Primeira Guerra Mundial. O ano de 1871 marcou o fim da remodelagem do sistema de Viena. A fundação do Império Alemão, realizada militarmente em três guerras de unificação e acompanhada de uma industrialização dramática, completou a reestruturação do sistema europeu de Estados. Esses processos transformaram o antigo vácuo de poder, no centro da Europa, em uma superpotência continental. Entre 1871 e 1914, o Império Alemão influenciou o caráter das relações internacionais mais fortemente do que todos os outros grandes países. A Alemanha exerceu um potencial de hegemonia sobre o continente e, depois de 1897, agiu como uma potência mundial não satisfeita. O medo diante do domínio alemão da Europa e das ambições alemãs em escala mundial superou as rivalidades e as linhas de conflito tradicionais entre a

# 3 Capítulo

Inglaterra, a França e a Rússia, concentrando a orientação da política exterior desses Estados numa aliança defensiva contra a Alemanha.

O triunfo dos nacionalismos, na Alemanha e na Itália, dissolveu vários pequenos países que, até aquela época, desempenhavam o papel de Estados-tampão entre as grandes potências, subtraindo dessas últimas o campo de expansão na própria Europa. Da mesma forma, a parte européia do decadente Império Otomano deixou de ser, para as grandes nações, uma área de expansão moderadora de conflitos e transformou-se em uma região explosiva, que acabaria por produzir a centelha inicial da Primeira Guerra Mundial.

Depois de 1871, o sistema de Estados não mais retornou aos objetivos principais do Concerto Europeu. Segundo Sheehan, o sistema de concerto, com suas raízes na tradição anti-hegemônica de um equilíbrio de poder, baseava-se em normas e consenso entre amigos, e não na ameaça dos vizinhos. O mais tardar, a partir de 1890, tal consenso seria destruído. A ausência de alianças permanentes no sistema de Viena e as alianças frouxas e ocasionais das grandes potências, em tempos de crise, cederam lugar, após 1879, a um sistema de alianças permanentes, mesmo em tempos de paz. Essas alianças transformaram-se, até 1907, na inflexível bipolaridade dos dois blocos de poder (Tríplice Aliança: Alemanha, Áustria-Hungria, Itália; Tríplice *Entente*: França, Rússia, Grã-Bretanha).

No âmbito mundial, o período entre 1871 e 1914-1918 caracteriza-se pelo apogeu da hegemonia global do sistema europeu. O “novo” imperialismo forçou a entrada no sistema internacional europeu daquelas partes do mundo que ainda estavam fora. Com isso, o imperialismo completou a construção da rede global de relações econômicas, estratégicas e políticas, que foram dominadas pelos principais Estados da Europa (WATSON, 1992). Isso ocorreu de forma violenta, principalmente no contexto da partilha da África, da ocupação territorial de grande parte da Ásia e da abertura da China. Após essa segunda onda de expansão colonial, não havia mais no mundo qualquer verdadeiro vácuo de poder. Com exceção da Áustria-Hungria, todas as grandes potências européias, bem como os Estados Unidos e o Japão, entraram no círculo das potências coloniais. Durante o período de 1871 a 1914, as potências principais alcançaram sua hegemonia, direta ou indireta, com relativa facilidade. Nunca, na história mundial, a brecha militar, tecnológica e econômica entre os Estados industrializados da Europa e o resto do mundo foi ou seria maior. Esta supremacia uniu-se, no final do século XIX, com uma decidida vontade européia de dominar o mundo.

Entretanto, os limites do poder europeu na escala mundial já eram perceptíveis durante a mesma época. Em primeiro lugar, os Estados Unidos alçaram-se, em poucos anos, depois do fim da Guerra Civil até a virada do século, à condição

de primeira potência industrial do mundo. Isso, porém, não se refletiu plenamente, até a Primeira Guerra Mundial, no *ranking* dos Estados Unidos entre as potências militares mundiais. Em segundo lugar, o Japão começou, a partir da década de 1860, sua determinada transformação de um país agrofeudal em uma potência industrializada. Embora o Japão tenha desdobrado o seu pleno potencial somente depois da Primeira Guerra Mundial, o futuro desafio à hegemonia européia já se esboçava na virada do século. A celebração da aliança entre o Japão e a Grã-Bretanha, em 1902, e a vitória japonesa sobre a Rússia, em 1905, demonstraram, dramaticamente, as aspirações do país como potência.

Em terceiro lugar, a esmagadora supremacia européia em termos militares sobre os países não industrializados não significava que o sul do planeta tivesse tornado mero objeto dos desenhos colonialistas europeus, sem nenhuma capacidade de defesa ou iniciativa própria. A África e a Ásia resistiram, às vezes, veementemente, à conquista européia. Embora as resistências raramente conseguissem seu alvo imediato, ou seja, a expulsão dos europeus, elas tiveram repercussões importantes na prática do exercício da dominação colonial que, muitas vezes, aceitou compromissos com os interesses dos colonizados, como consequência das resistências. Igualmente, as resistências “primárias” contra a conquista européia fundaram uma tradição de oposição contra o colonialismo que se desdobrou plenamente nas lutas de descolonização na segunda metade do século XX.

Internamente, o sistema europeu de Estados manteve, após 1871, a sua expressiva hierarquia e estratificação entre, de um lado, as cinco verdadeiras grandes potências (Alemanha, França, Grã-Bretanha, Rússia e Áustria-Hungria) e, de outro, as potências de segunda e terceira categorias. Embora, depois de 1871, as grandes potências fossem as mesmas da primeira metade do século XIX, a balança de poder entre elas alterou-se significativamente. A Prússia, que era a mais fraca entre as cinco, catapultou-se (como o Império Alemão) para uma posição de potencial hegemonia no continente. A França, porém, perdeu, em 1870-1871, o seu potencial de hegemonia. A monarquia dual austro-húngara sofreu o perigo de deixar o círculo das grandes potências, devido a problemas internos, originados na heterogeneidade étnica do Estado e no atraso econômico. A Rússia combinou a força do país mais populoso da Europa com a fraqueza do seu atraso industrial. A Itália unificada qualificou-se como potência de modo pouco sério, dado o seu atraso econômico e sua insuficiência militar. Depois de 1871, ela foi chamada várias vezes a integrar o clube exclusivo das grandes potências, mas, principalmente, por razões de cortesia (LOWE, 1994). O teste decisivo para o *status* de grande potência continuou sendo a capacidade de fazer guerra (TAYLOR, 1954). Isso, porém, não mais correspondia apenas à força populacional de um Estado,

vale dizer, ao número de soldados de infantaria, mas dependia crescentemente da força industrial. A dinâmica diferenciada na industrialização dos diversos Estados europeus, desde a segunda metade do século XIX, refletia-se na sua posição relativa de poder no sistema de Estados. Da mesma forma, a vantagem na industrialização da Europa (e dos Estados Unidos) embasava o seu extraordinário domínio no sistema mundial.

Pode-se argumentar que a origem social das pessoas imediatamente envolvidas nas relações internacionais (diplomatas, ministros), durante todo o século XIX, apresentava uma surpreendente continuidade: com exceção parcial dos franceses, elas vinham quase exclusivamente da nobreza. No entanto, as forças sociais profundas das relações internacionais alteraram-se maciçamente no período aqui estudado. A democratização lenta, mas contínua, foi um fator que determinou nitidamente os processos de decisão na política externa dos Estados europeus, no último quartel do século XIX. Entretanto, isso não significa que a política externa desse período estivesse sob um controle mais forte, verdadeiramente democrático. Essa primeira fase da democracia caracterizou-se muito mais pelas tentativas de manipulação das massas do que pela verdadeira participação política. Não obstante, no seu cálculo para a tomada de decisões, os governos tiveram de considerar novas forças políticas internas, como partidos populares, grupos de interesse, organizações civis de massa e imprensa.

O apelo à identidade nacional e a supostos interesses nacionais, ou seja, o nacionalismo, foi um elemento central, na época, para transformar a participação política em psicose de massa. Nacionalismo, porém, não significava apenas a manipulação intencional da consciência das massas, com o propósito de desviar contradições sociais internas e a ameaça dos trabalhadores ao *status quo* para xenóforas imagens de supostos inimigos externos. O nacionalismo do final do século XIX, num sentido amplo, reflete a tentativa de encontrar novas identidades e novos pontos de referência para os mais diversos grupos sociais e classes. Isso acontece numa ordem societária que se transforma profunda e rapidamente, propulsionada por uma dramática industrialização modernizadora (HOBBSAWM, 1991).

As principais correntes do nacionalismo na Europa alteraram o seu caráter, ao entrar no período ora estudado. Em geral, o nacionalismo do *risorgimento*, liberal e libertário, cedeu lugar a um nacionalismo integrista, militante, expansionista e chauvinista. Na primeira metade do século XIX, o nacionalismo associava-se à autodeterminação democrática dos povos e dos indivíduos, assim como à luta contra o domínio aristocrático. A partir da década de 1880, a política direita reivindicou o monopólio do patriotismo expurgado de ideais democráticos. Como fenômeno de massas, tal nacionalismo direitista caracterizou especialmente Estados como a Alemanha. Nesses Estados, a realização da unidade nacional, a

modernização industrial e a passagem para uma sociedade de massas e mercado aconteceram num lapso muito curto, acarretando prejuízos traumáticos e oferta compensatória de grandeza nacional (WEHLER, 1995), que não enfrentaram a oposição de uma cultura política fortemente consolidada.

A emergência de um nacionalismo radical e integrista foi um fenômeno geral na Europa e, no período em questão, chegou também aos Estados Unidos. Na França, assumiu a forma do chauvinismo francês; na Grã-Bretanha, a do jingoísmo; e, nos Estados Unidos, a do chamado novo imperialismo. Tais ideologias, que colocaram as suas próprias nações acima de tudo, caracterizaram todo o período estudado. Entretanto, elas se tornaram forças políticas efetivas sobre toda a sociedade apenas depois da virada do século. O nacionalismo integrista francês, por exemplo, foi politicamente periférico durante muito tempo, pois não representava qualquer movimento de massa. Ele se popularizaria somente após a segunda crise marroquina, em 1911, unindo as suas duas correntes — a do revanchismo antialeão e a do imperialismo colonial — num *renouveau patriotique* (ZIEBURA, 1975). Como resultado do avanço do nacionalismo integrista, o pensamento social-darwinista influenciou a percepção das relações internacionais de modo cada vez mais forte: os Estados estariam em posições opostas entre eles mesmos, permanentemente, numa luta pela sobrevivência, e o crescimento do poder de um Estado ocorreria apenas à custa da perda de poder de um outro, numa lógica de soma zero.

Contemporaneamente à emergência dos nacionalismos integristas nos principais Estados europeus, no último quartel do século XIX, continuavam os nacionalismos irredentistas na parte europeia do Império Otomano e no Estado multiétnico da Áustria-Hungria. Nos Bálcãs, esses nacionalismos produziram grandes tensões entre Estados, conjuntamente aos chauvinismos sérvio e bósnio e no contexto internacional de um conflito iminente e agudo entre as grandes potências Rússia e Áustria-Hungria. Esse quadro forneceu a ocasião imediata para o início da Primeira Guerra Mundial.

O período aqui investigado caracterizou-se, crescentemente, por uma militarização disfarçada de tudo o que fosse político, particularmente no que diz respeito às decisões das políticas exterior e de alianças. O planejamento militar ganhou uma dinâmica própria e demarcou os limites das decisões políticas, freqüentemente de modo cego. Essa tendência foi explicitada de forma trágica e clara, por meio do papel importante que o chamado plano Schlieffen, o planejamento alemão de uma guerra em duas frentes, desempenhou na eclosão da Primeira Guerra Mundial. Também, o ano de 1871 significou o fim da solidariedade dos gabinetes conservadores e da intervenção em Estados vizinhos para que o respectivo sistema fosse mantido. A indireta ajuda prussiana para a derrota da Comuna de Paris, naquele ano, marcou o ponto final dessa tradição conservadora do sistema de Viena.

A maioria dos historiadores subdivide as relações internacionais entre 1871 e 1918 em dois períodos, cuja dinâmica característica é derivada, significativamente, da política externa alemã. O primeiro deles se estende de 1871 a 1890, quando a diplomacia da Europa e as relações internacionais foram dominadas pelas alianças do sistema de Bismarck. O segundo período abrange desde a renúncia forçada de Bismarck (1890) até 1918; inicia-se com ofensivas alemãs na política externa e caracteriza-se por tensões crescentes, pela bipolarização em blocos de poder permanentes e pelo resvala na Primeira Guerra Mundial.

Na literatura especializada, não há consenso sobre quais seriam os princípios básicos que governaram o funcionamento do sistema europeu de Estados nessa época. Existem duas visões. A primeira supõe a existência de um equilíbrio de poder entre as potências. Contrariamente, uma segunda abordagem encara a hegemonia alemã como característica das relações internacionais no continente. Lowe e Taylor, por exemplo, argumentam que o equilíbrio de poder (isto é, o princípio básico de que nenhuma potência poderia dominar o continente) teria tido real validade nas relações internacionais, mesmo no último quartel do século XIX, não sendo apenas uma idéia política. Após 1871, ter-se-ia constituído um novo equilíbrio sob a diplomacia de Bismarck. Mesmo depois de 1890, teria existido, por muito tempo, um equilíbrio instável e tenso entre os dois blocos de poder em formação, seriamente ameaçado pela Alemanha e seus aliados apenas a partir de 1905.

Contrariamente a essa visão, Bridge e Bullen argumentam que a idéia de equilíbrio de poder entre as grandes potências continentais corresponderia somente aos interesses britânicos, tendo, sobretudo, pouca relevância prática no continente, como princípio básico consensual. A segurança teria sido o conceito dominante. A paz, depois de 1871, não se fundamentaria num consenso moral, mas, sim, no “brutal fato da superioridade militar alemã sobre a França”. Sheehan argumenta que a definição britânica de equilíbrio seria unilateral, uma vez que se relacionaria só com a Europa, sem considerar o poder britânico de além-mar. Segundo Sheehan e Geiss, os alemães teriam tentado substituir essa definição britânica pela sua própria, o que possibilitaria à Alemanha estabelecer-se como potência mundial.

As publicações francesas também tendem a considerar não o equilíbrio de poder, mas a hegemonia da Alemanha no continente como característica do período posterior a 1871. Milza argumenta que a Alemanha teria se tornado potência europeia hegemônica após a vitória sobre a França, mas que Bismarck manteve o *status quo*, mediante a sua habilidosa diplomacia. Zörgbibe aceita o pensamento contemporâneo de Benjamin Disraeli, segundo o qual o resultado da guerra entre a França e a Alemanha, de 1871, teria destruído completamente o equilíbrio de

poder na Europa e estabelecido a hegemonia militar, econômica e demográfica da Alemanha.

Representa essa idéia, de uma forma muito apontada e até exagerada, a percepção contemporânea francesa. Embora fosse a maior potência militar e industrial do continente depois de 1871 e tivesse potencial hegemônico, a Alemanha não chegou a transformar esse potencial em uma prática política consistente. A política exterior da Alemanha, até 1890, era guiada mais pela pressuposta vulnerabilidade do país a coalizões inimigas do que por seu poder como primeira potência no continente. Por isso, embora o potencial militar e econômico permitisse uma predominância mais acentuada do Império Alemão, a sua cautelosa política e a prática das relações entre os outros países fizeram que as relações internacionais até 1890 parecessem mais equilibradas do que uma mera análise dos recessos militares e econômicos alemães poderia sugerir. Depois de 1890, a Alemanha chegou a reivindicar um *status* político internacional correspondente ao seu poder econômico e, ao mesmo tempo, a França conseguiu quebrar seu isolamento, concluindo uma aliança com a Rússia em 1894. Entre esses blocos em formação, estabeleceu-se uma espécie de equilíbrio. Mas isso não pode ser visto como se fizesse parte da tradição dos princípios do Concerto Europeu. Era mais um equilíbrio inspirado por medo mútuo — uma “paz armada”; desafiado desde o início, mais parecia com a situação da guerra fria de depois de 1945 do que com o consenso moral da tradição anti-hegemônica europeia do início do século XIX.

Os 43 anos entre 1871 e 1914, apesar de todas as crises diplomáticas, representaram o segundo maior tempo de paz entre as grandes potências, na recente história europeia, somente superado pelo período posterior a 1945. Por tal perspectiva, alguns autores enfatizam o sucesso da diplomacia europeia na época, e a possibilidade de solução de conflitos entre Estados, o que acarretaria, ao fim e ao cabo, a possibilidade de se evitar a Primeira Guerra Mundial. Mas, por uma outra perspectiva, o período objeto de estudo apresenta-se como um longo tempo de incubação (GEISS, 1990) daquilo que seria, até então, o maior conflito militar da história humana. Por essa ótica, as soluções superficiais das crises diplomáticas não evitaram a constituição e o aprofundamento das grandes linhas fundamentais de conflito que se descarregaram em agosto de 1914.

Os argumentos aqui referidos apresentam os 43 anos entre 1871 e 1914 como um período marcante e peculiar na história das relações internacionais. É essencial, entretanto, apontar as continuidades que transcendem essa periodização. Por exemplo, não foi apenas a partir de 1871, mas, seguramente já no primeiro quartel do século XIX, que os processos diferenciados de industrialização e o capitalismo crescente influenciaram a divisão de poder no sistema mundial. O novo imperialismo e a partilha da África tornaram-se inteligíveis também no

contexto de uma longa continuidade da expansão européia e da ocidentalização do mundo, que vinham desde o longo século XVI. E, apesar da política bismarckiana de alianças e da crescente bipolaridade, não caberia excluir soluções diplomáticas de conflitos no espírito do sistema de Viena. O Concerto Europeu ainda funcionou, por exemplo, na partilha da África (década de 1880), no caso da intervenção conjunta na China, e, finalmente, em 1912, na conferência londrina dos embaixadores, que evitou a escalada das tensões entre a Áustria-Hungria e a Rússia no contexto das guerras balcânicas. Igualmente, alguns autores argumentam em favor de continuidades marcantes desse período com a fase posterior. Essas últimas levaram a algumas interpretações que consideraram a Segunda Guerra Mundial uma continuação da Primeira, e todo o período de 1914 a 1945 uma segunda Guerra dos Trinta Anos (MAYER, 1987). Mas, a despeito dessas continuidades com todo o século XIX e das que o período objeto deste estudo apresenta com a fase entre 1918 e 1939, argumenta-se, aqui, que as peculiaridades significativas das relações internacionais, no período de 1871 a 1914-1918, justificam a periodização escolhida.

Os principais debates historiográficos acerca desse período concentram-se nas seguintes questões:

- a) o problema acima citado sobre o caráter do sistema internacional e das relações internacionais; a pergunta sobre a existência de um equilíbrio de poder ou de uma hegemonia da Alemanha após 1871;
- b) o problema de possíveis explicações da nova expansão imperial européia, depois de 1870, uma questão que desaguou em múltiplos e complexos modelos explicativos, quase sempre designados como teorias do imperialismo;
- c) a explicação das causas profundas da Primeira Guerra Mundial.

A última dessas questões tem intenso caráter político e pode ser vista como a questão historiográfica central do nosso período. No contexto de uma vasta produção intelectual, o tema tem sido elucidado de todos os pontos de vista possíveis, sejam eles teóricos, políticos ou emocionais. O confronto entre dois paradigmas metódicos, de análise da política exterior e das relações internacionais, exemplifica-se na questão das causas profundas da eclosão da Primeira Guerra Mundial: o primado da política interna *versus* o primado da política externa. Desde os anos 1960, o ataque da história social contra a história tradicional das relações internacionais tem posto em questão os pressupostos básicos desta linha de pensamento, especialmente a idéia rankiana da independência da política exterior e de seus objetivos, em relação às constelações da política interna.



No contexto da história do Império Alemão, autores como Kehr, Berghahn e Wehler vêem as decisões da política externa como função dos seus efeitos políticos internos. A finalidade principal do processo político teria sido a estabilização interna de um sistema ultrapassado, ou seja, a oposição das elites governantes ao processo emancipatório da sociedade industrial. Segundo os historiadores sociais, a política externa foi instrumentalizada e subordinada àquela finalidade. Nessa perspectiva, o imperialismo de Bismarck aparece como desvio das tensões políticas internas, num processo de expansão colonialista, que seria irrelevante em si mesmo. A política mundial guilhermina aparece como política interna e a deflagração da Primeira Guerra Mundial é vista como uma “fuga para a frente”, tentada pelas elites que se sentiram, interna e externamente, num beco sem saída. As elites teriam procurado evitar as consequências parlamentar-emancipatórias do processo geral de modernização, mesmo às custas de uma guerra (supostamente) limitada. Mayer ensaiou estender por toda a Europa este paradigma desenvolvido no contexto alemão, mas não conseguiu convencer muito. De um modo geral, pode-se observar que o paradigma sócio-histórico do primado da política interna não substituiu as interpretações mais tradicionais, que alegam uma relativa independência da política exterior, mas, sim, as complementa de forma interessante, em pontos específicos.

### ● 3.2 Economia e relações internacionais (1870-1914)

No período entre 1871 e 1914, o entrelaçamento da economia mundial numa única economia global, dominada por relações sociais capitalistas, alcançou nova qualidade. A mobilidade mais elevada de fatores de produção (trabalho e capital) e o aumento do comércio mundial incrementaram as relações econômicas entre os Estados de modo decisivo. Entre 1871 e 1914, a migração internacional alcançou o seu ponto alto, com 40 milhões de pessoas. Não havia qualquer restrição à exportação de capitais ou à repatriação de lucros. Os investimentos no exterior por parte dos quatro grandes países (Grã-Bretanha, França, Alemanha e Estados Unidos) cresceram mais de cinco vezes. Apesar do retorno gradual ao protecionismo depois de 1878, o comércio mundial aumentou anualmente 3,4%, em média, entre 1870 e 1914. Só entre 1890 e 1914, ele se multiplicou por três (SCHMIDT, 1985).

O alto grau de integração da economia mundial nas décadas anteriores à Primeira Guerra Mundial, em termos comerciais, de investimentos diretos, de fluxos financeiros e de migração, sugere fortes semelhanças com o processo atual de globalização. De fato, é possível interpretar a globalização no final do século XX e início do século XXI como uma espécie de retomada de princípios e processos que se tinham iniciado no final do século XIX.

Entre 1871 e 1914, o domínio europeu da economia mundial alcançou seu auge. Ao mesmo tempo, entretanto, um novo pólo econômico, fora da Europa, tornou-se mundialmente perceptível, depois da virada do século, com a escalada industrial norte-americana. A arrancada industrial, porém, dos Estados Unidos (entre 1880 e 1900, tornou-se o líder industrial do mundo) repercutiu com atraso no poder econômico mundial. O crescimento econômico do país, até a Primeira Guerra Mundial, era amplamente orientado para o mercado interno. Sua participação no comércio mundial, em 1913, era de apenas 10%, e sua exportação mundial de capitais não passava de 9%. G. Arrighi, não obstante, localiza já nessa época, ou, mais precisamente, no período da Grande Depressão de 1873 a 1896, a reviravolta decisiva na economia mundial. Segundo ele, é nessa crise que começa o “longo século XX”, com a ascensão do “sistema norte-americano de acumulação em escala mundial e a derrocada do sistema britânico”.

De meados do século XIX ao início da Primeira Guerra Mundial, a economia do mundo tornou-se mais pluralista (HOBSBAWM, 1992), isto é, a hegemonia britânica sobre o mercado mundial recuou. O que desmontou o domínio britânico do mercado foi, sobretudo, o crescimento da Alemanha e os processos de industrialização na Rússia e em alguns pequenos Estados europeus. No plano econômico mundial, isso ocorreu em virtude da transformação dos Estados Unidos. A participação britânica no comércio mundial caiu de 28,4% para 17,5%, entre 1875 e 1913. A sua parcela na produção mundial de produtos industrializados reduziu-se de aproximadamente 33% em 1870 para 14% em 1913. No período ora estudado, a Grã-Bretanha já se transformava de “oficina do mundo” em “banco do mundo”. O mercado de capitais londrino e os investimentos no exterior tornaram-se cada vez mais importantes para definir a posição da Grã-Bretanha na economia mundial. Entre 1875 e 1913, a Grã-Bretanha conseguiu manter a parcela de 45% de todos os investimentos no exterior, mesmo tendo a Alemanha multiplicado os seus por dez. Diferentemente da Alemanha e da França, a Grã-Bretanha distribuiu o seu capital pelo mundo de modo relativamente equilibrado, investindo apenas uma pequena parte na Europa (em 1913, os investimentos britânicos na Europa representavam 6%).

O comércio mundial, tal como antes, concentrava-se na Europa. Na virada do século, ela efetuava dois terços dele. A parcela, porém, dos três grandes (Inglaterra, França e Alemanha) caiu de 52,9% em 1875, para 37,6% em 1913. À assimetria política do sistema mundial anteriormente citado correspondia uma inserção econômica estruturalmente desigual no mercado mundial. Entre 1871 e 1914, completou-se e estabilizou-se um longo período de divisão mundial do trabalho: de um lado, fornecedores de matérias-primas; de outro, regiões produtoras de bens industrializados. Somente os Estados Unidos alteraram o seu modo

de inserção no mercado mundial nesse período. Eram fornecedores de matéria-prima (74% das exportações americanas em 1890) e tornaram-se exportadores de produtos industrializados, principalmente às custas da Inglaterra.

O desenvolvimento agrário de antigas colônias de povoamento branco, nas Américas e na Oceania, e a redução dos custos de transporte (estradas de ferro e, a partir de 1870, navios a vapor) possibilitaram, pela primeira vez na história, o surgimento de um mercado agrário mundial integrado. Os preços de produtos agrícolas caíram drasticamente: entre 1871 e 1894, o trigo, por exemplo, barateou em mais de 50%.

O domínio europeu na exportação de produtos industriais era até mais expressivo do que no comércio em geral: a Grã-Bretanha, a Alemanha e a França somavam 61% de todas as exportações daquele tipo. Mais fortemente ainda, a Europa dominava a exportação mundial de capitais: somente a Inglaterra e a França detinham, juntas, 70% de todos os investimentos no exterior em 1900.

A escalada vertiginosa da Alemanha unificada como potência econômica líder na Europa, a relativa estagnação da Grã-Bretanha e o enfraquecimento da França foram em grande parte responsáveis pelo abalo do equilíbrio europeu. Entre 1860 e 1913, a economia alemã superou a britânica e a francesa, colocando-se logo após a dos Estados Unidos. Em 1880, o potencial industrial da Alemanha e da França ainda era quase o mesmo; até 1913, o potencial francês cresceu perto de duas vezes e o alemão multiplicou-se por cinco. A Alemanha dominava o mercado, especialmente nas áreas inovadoras da chamada segunda revolução industrial (aço, produtos químicos e construção de máquinas), enquanto a Inglaterra e a França acentuavam o seu domínio em setores industriais em retração, como o dos produtos têxteis. A participação alemã no comércio mundial cresceu de 11,8% em 1875, para 12,5% em 1913; no mesmo período, a da França baixou de 12,7% para 7,6% e a da Grã-Bretanha passou de 28,4% para 17,5%. Ainda, no mesmo período, a parcela alemã nos investimentos estrangeiros mundiais elevou-se de 5% para 13%, enquanto a francesa decresceu de 33% para 20%.

Contrariando teorias econômicas do imperialismo, que interpretam o colonialismo da época de 1871 a 1914 como estratégia necessária do capital à procura de possibilidades de investimento ou de mercados de exportação, as colônias, então recém-conquistadas, desempenhavam um papel secundário no mercado mundial. O império colonial francês, até 1914, absorveu não mais de 13% das exportações de produtos franceses. Além disso, mais da metade desse percentual destinava-se à Argélia, uma colônia de imigrantes conquistada em 1830, isto é, antes da fase imperialista. Em 1905, a África Subsaariana forneceu 0,8% das importações francesas e recebeu 0,5% das exportações (AUSTEN, 1987). A África ocidental francesa,

vale dizer, uma das principais regiões conquistadas pela França no final do século XIX, forneceu, por volta de 1910, somente 0,07% de todas as importações francesas. No caso britânico, apenas a colônia de imigrantes da África do Sul (e o Egito, até certo ponto) tinha certa relevância econômica no continente africano. A África do Sul foi o destino de 3,6% de todas as exportações britânicas em 1906 e o resto da África negra, de 4,7%.

Quanto à exportação de capitais, a marginalidade das novas colônias torna-se mais evidente. A Grã-Bretanha investia, em 1914, 50% do seu capital externo (1,68 bilhão de libras) no seu Empire colonial, porém, menos de 100 milhões de libras nas novas colônias (LOWE, 1994). Em 1914, a Alemanha investiu 2% do seu capital externo nas colônias e a França, 8,8%, destinados a maior parte à Argélia e à Indochina. O Estado procurou convencer os bancos e os industriais a se engajarem economicamente nas colônias, mas com pouco sucesso. Em relação à importação de capitais e à movimentação de mercadorias, a África e a Ásia permaneceram “os parentes pobres” (GIRAULT, 1979).

As relações entre interesses econômicos e política externa são apresentadas na literatura de modo controvertido. É consenso que uma nova orientação político-econômica tenha-se estabelecido na Europa Ocidental depois de 20 anos de triunfo do liberalismo. A partir da década de 1870, ganhou espaço a idéia de se “tratar toda a economia nacional como conjunto produtivo digno de proteção e de incentivo pelo Estado” (WEHLER, 1995). A competição econômica entre empresas, no mercado mundial, articulou-se crescentemente como competição entre interesses nacionais dos Estados-nação. Do ponto de vista da política exterior, isso causou a volta ao protecionismo, à “guerra alfandegária” e ao emprego do poder político-estatal na defesa e na manutenção de esferas de influência econômica. Consoante a argumentação de Lenin, tal instrumentalização do poder político para a consolidação de interesses econômicos externos conduz a antagonismos entre os Estados, antagonismos estes que redundaram na Primeira Guerra Mundial.

Entretanto, as teses de funcionalização unilateral da política do Estado, por parte de interesses econômicos, ou de uma congruência entre rivalidades políticas externas e econômicas, revelam-se muito limitadas. O período de 1871 a 1914 caracterizou-se tanto por uma competição econômica entre Estados quanto por um entrelaçamento econômico crescente, assim como por uma intensa colaboração do capital internacional. As relações econômicas dos Estados, havia muito, não eram idênticas às orientações da política exterior dos governos. Foi só a partir de 1911 que os governos conseguiram “renacionalizar” o capital, isto é, acoplar as orientações econômicas exteriores com a política de segurança nacional (SCHMIDT, 1985).

A partir de 1878, paulatinamente, todos os Estados europeus introduziram impostos sobre a importação de produtos agrários e industriais, exceto a Grã-Bretanha, que permaneceu como a única representante do livre-comércio. Os impostos variavam de 4% (Holanda) a 41% (Espanha). Os Estados Unidos iniciaram a onda de protecionismo já em 1861, com a Tarifa Morrill. As tarifas alfandegárias norte-americanas, em média, foram elevadas a até 57% em 1897. De 1878 em diante, teve início a introdução de tributos de importação na Europa, bem mais moderados do que os norte-americanos. Isso ocorreu na Rússia, na Áustria, na Itália e na Alemanha neste ano, seguidas pela França, em 1881. Os tributos alfandegários industriais, de um lado, refletiam os esforços de proteger novas indústrias diante da concorrência “desleal”. De outro lado, tais impostos representaram uma reação conjuntural e de política interna contra a assim chamada Grande Depressão, que durou de 1873 a, aproximadamente, o início dos anos 1890. Não obstante, as altas tarifas alfandegárias foram mantidas mesmo na reviravolta econômica, isto é, no período de grande prosperidade posterior a 1896.

Na introdução dos tributos de importação incidentes sobre produtos agrícolas, a Alemanha teve um papel pioneiro. As tarifas protecionistas foram a resposta do continente europeu à queda de preços dos produtos agrícolas, causada pela formação do mercado agrário mundial.

Os impostos protecionistas foram um fenômeno de toda a Europa e dos Estados Unidos, independentemente de alianças ou antagonismos externos. Suas conseqüências econômicas foram duvidosas, embora a sua relevância tenha sido enorme na política interna. Em geral, a literatura nega que os impostos protecionistas tenham influenciado o comércio exterior dos países europeus em termos de volume, composição e direção (SCHMIDT, 1985; WEHLER, 1984), embora alguns autores (HOBSBAWM, 1992) argumentem que os impostos teriam estimulado o crescimento industrial de alguns Estados. A verdadeira relevância apresenta-se mais fortemente no domínio da mentalidade coletiva. De modo convincente, Girault e outros argumentam que o protecionismo e as guerras alfandegárias contribuíram decisivamente para o desenvolvimento do nacionalismo radical e integrista, e mesmo do militarismo, na Europa.

A competição comercial entre Estados, em alguns casos, culminou em guerras alfandegárias ou comerciais, por exemplo, entre a França e a Itália (1887-1896), e entre a Áustria-Hungria e a Sérvia, que se envolveram no que veio a ser conhecido como Guerra dos Suínos (1906). Como exemplo clássico da interdependência entre a política econômica externa e a formação do sistema europeu de alianças, cita-se a relação russo-alemã. De 1880 em diante, Bismarck, pressionado pelos grandes produtores da região leste do Elba (os *Junker*), estabeleceu uma tarifa de proteção agrária. Isso foi o ponto central da reviravolta conservadora inter-

na. O imposto, em princípio, era contra as importações de cereais da Rússia. A medida, acrescida do fechamento do mercado de capitais alemão para os russos (1887), cortou recursos financeiros decisivos que a Rússia precisava para a sua industrialização. A política alemã provocou, em resposta, a proteção alfandegária russa contra produtos industrializados alemães e deu início à cooperação econômica entre a Rússia e a França. Segundo Bridge e Bullen, as raízes da aliança franco-russa, de 1894, estariam na política financeira e alfandegária de Bismarck. Entretanto, daí não se deriva que os conflitos econômicos tenham se agravado, linearmente, desde 1880, de forma paralela ao desenvolvimento do antagonismo político entre a Rússia e a Alemanha. A Rússia permaneceu fortemente vinculada à Alemanha, do ponto de vista econômico (exportação de cereais e importação de máquinas). Fases de *détente* nas relações econômicas (por exemplo, depois da conclusão do acordo comercial, em 1894) intercalaram-se com guerras alfandegárias (como a de 1903).

A deterioração das relações britânico-alemãs também teve uma dimensão econômica, embora não decisiva. Conflitos econômicos resultaram de um suposto *dumping* de produtos industriais alemães nos mercados britânicos, inclusive nos coloniais, na década de 1890, além do avanço do imperialismo financeiro alemão na América Latina e no Oriente Próximo, sobretudo na construção da ferrovia de Bagdá. Contudo, tais conflitos diminuíram até o início da guerra. O atrito sobre a ferrovia de Bagdá pôde ser contornado mediante negociações com os britânico-alemães, em 1913-1914. De um modo geral, o boom econômico mundial e o crescimento do volume de comércio mundial, entre 1896 e 1913, compensaram a penetração alemã em mercados tradicionalmente britânicos. Embora, até 1914, a Alemanha tenha-se tornado o segundo maior parceiro comercial da América do Sul, foi sobretudo o avanço dos Estados Unidos que ameaçou maciçamente os interesses britânicos no Canadá na América Central, no Caribe e na América do Sul. O conflito entre as pretensões do imperialismo informal dos Estados Unidos e os interesses econômicos britânicos, em 1895-1896, resultou na crise da Venezuela até quase a um confronto armado. Depois, porém, do fim da *splendid isolation* da Grã-Bretanha, em 1902, houve uma rápida reaproximação entre ela e os Estados Unidos, apesar da continuidade da competição econômica. Se o capitalismo e a competição comercial fossem as causas profundas e veladas da Primeira Guerra Mundial, raciocina Lowe, logicamente a Grã-Bretanha deveria ter lutado contra os Estados Unidos.

Mesmo se os 43 anos entre 1871 e 1914 se caracterizassem por uma defesa dos interesses econômicos externos de uma maneira crescentemente agressiva, tais orientações na política econômica não seguiriam necessariamente as alianças políticas até 1911. É verdade que os capitalistas franceses teriam recusado

aplicações financeiras de longo prazo na Alemanha, por razões “patrióticas” (GIRAULT, 1979), tal como fizeram os britânicos na Rússia até 1907. Mas o capital francês investiu significativamente na Rússia, aliada da Alemanha até 1887-1890. As relações econômicas franco-alemãs intensificaram-se mesmo em períodos de tensões crescentes, em vez de diminuírem. Entre 1896-1898 e 1911-1913, a Alemanha tornou-se o segundo maior parceiro comercial da França, vindo pouco depois da Grã-Bretanha. Capitais alemães e franceses acoplavam-se e cooperavam mutuamente, por exemplo, na América Latina ou na construção da ferrovia de Bagdá. Por outro lado, alianças políticas nem sempre garantiram identidade de interesses econômicos; por exemplo, a Alemanha ignorou os protestos dos interesses austríacos, quando avançou economicamente nos Bálcãs.

### ● 3.3 A Europa continental sob a diplomacia de Bismarck: crises diplomáticas e alianças (1871-1890)

As relações internacionais dos Estados europeus, entre 1871 e 1890, estiveram fortemente marcadas pelas concepções políticas de segurança do chanceler alemão Otto von Bismarck. Seu objetivo principal era garantir a integridade do recém-criado Império Alemão contra os vizinhos, temerosos de uma hegemonia alemã, e contra uma possível revanche francesa pela perda da Alsácia-Lorena ao término da guerra franco-prussiana. A política exterior de Bismarck tinha entre seus objetivos o de sugerir aos vizinhos a “saturação” do Império Alemão, seu desinteresse por qualquer tipo de aumento de poder, a fim de evitar motivos para a constituição de coligações contra a Alemanha. Bismarck cerceou, pois, o potencial de poder alemão (HILDEBRAND, 1989). Da perspectiva dos interesses alemães de segurança, Bismarck visava à preservação do *status quo* europeu e da paz na Europa Central e recusava qualquer veleidade de guerra preventiva contra a França, ao menos a partir da crise da “guerra à vista” de 1875.

A política de Bismarck possuía, como referência absoluta, a posição da Alemanha na Europa. Era uma política continental clássica, malgrado diversas aventuras coloniais. Constituíam-se como estratégia central de Bismarck o isolamento diplomático da França e o impedimento de alianças desta com outros Estados, especialmente com a Rússia. Bismarck alcançou sua meta, vinculando os aliados potenciais da França (Rússia, Áustria-Hungria, Itália), mediante tratados, à Alemanha, e aproveitando-se habilmente, em parte até por manipulação, das rivalidades entre a Inglaterra, a França e a Rússia, sobretudo fora da Europa. O instrumento diplomático favorito da política de Bismarck foram as alianças formais e duradouras, mesmo em tempos de paz. Começando com a Dupla Aliança com a Áustria-Hungria, em 1879, as alianças encerrariam gradativamente os acordos frouxos e quase anárquicos das relações bilaterais e as alianças situacionais do pe-

ríodo anterior (BRIDGE; BULLEN, 1980). No famoso ditado de Bad Kissingen, em 1877, Bismarck esboçou as metas da política exterior alemã: a criação, longe da pretensão de “qualquer conquista territorial”, de uma “situação política global”, “na qual todas as potências — fora a França — necessitassem de nós e, em suas relações entre si, fossem, o quanto possível, mantidas afastadas de coligações contra nós” (*apud* FRÖHLICH, 1994).

Isso implicava, decerto, impedir a escalada do antagonismo, nos Bálcãs, de dois de seus aliados, a Rússia e a Áustria-Hungria, pois ambos os Estados exigiam da Alemanha um posicionamento claro a seu favor nesse conflito. Existia também o perigo de que um deles se aliasse à França. A política exterior alemã orientava-se pragmaticamente pelos interesses alemães de segurança, mas evidenciava, no entanto, em decorrência de razões de política interna e externa, certa afinidade ideológica com os Estados conservadores monárquicos da Europa. De outro lado, argumenta Wehler, o temor de deixar transparecer uma promessa de liberalização da política interna, eventualmente decorrente de uma colaboração mais estreita com a Inglaterra, levou o Império Alemão a afastar-se decididamente dela na política internacional.

Os acordos diplomáticos e as alianças externas de Bismarck, conhecidos como “sistemas de Bismarck”, dividem-se em três períodos:

- a) o primeiro sistema de Bismarck baseia-se no Tratado dos Três Imperadores, de 1872-1873, entre a Alemanha, a Áustria-Hungria e a Rússia — um acordo vago e pouco vinculante entre os Estados conservadores da Europa;
- b) o segundo sistema de Bismarck começou como reação à escalada do conflito entre a Rússia e a Áustria-Hungria nos Bálcãs e ao crescente distanciamento da Rússia, com respeito à Alemanha, como conseqüência do Congresso de Berlim de 1878. Seu elemento fulcral era a aliança austro-germânica de 1879 (Dupla Aliança), que incluiu, em 1882, um terceiro parceiro, a Itália, mediante um tratado secreto (Tríplice Aliança). Paralelamente, ocorreu a renovação e o aperfeiçoamento do Tratado dos Três Imperadores, em 1881, e a adesão da Bulgária à Dupla Aliança, em 1883;
- c) a crise da Bulgária, em 1885-1888, agravou o conflito latente entre os dois aliados da Alemanha, ou seja, Áustria-Hungria e Rússia, e deu fim ao Tratado dos Três Imperadores. Bismarck reagiu com uma reforma de seu sistema de alianças, que tomou a seguinte feição: Tríplice Aliança entre a Alemanha, a Áustria-Hungria e a Itália; os dois Acordos do Mediterrâneo, entre a Inglaterra, a Itália e a Áustria-Hungria, que deveriam manter o *status quo* no Mediterrâneo e no Estreito de Bósforo contra quaisquer avanços russos ou franceses; e o Tratado de Resseguro entre a Alemanha e a Rússia.



No período entre 1871 e 1890, as tensões entre os Estados europeus decorriam da relação profundamente distorcida entre a Alemanha e a França e dos conflitos de interesse russos, ingleses e austríacos no sudoeste da Europa. No plano mundial, os desacertos coloniais entre a França, a Rússia e a Inglaterra determinavam as principais áreas de atrito.

A relação negativa da França com a Alemanha era conseqüência direta da anexação da Alsácia-Lorena pela Alemanha e representava um ponto central de referência das relações internacionais alemãs e francesas. Razões de política interna levaram o governo alemão a jamais tentar superar esse conflito mediante eventuais restituições territoriais.

As relações teuto-russas nesse período foram contraditórias. De um lado, mantinham-se tanto a tradição da longa amizade política entre as dinastias Romanov e Hohenzollern quanto as afinidades ideológicas, cuja expressão foi o forte interesse de Bismarck no Tratado dos Três Imperadores. De outro lado, a Alemanha libertou-se da influência da Rússia e começou a exercer seu poderio econômico sobre este Estado. Os interesses econômicos opostos e a aliança alemã com a Áustria-Hungria, rival da Rússia nos Bálcãs, pioraram a relação teuto-russa, de forma que, ao final do período, o conflito teuto-russo estava claramente delineado.

As tensões nos Bálcãs eram complexas e multidimensionais. Suas causas imediatas estavam na decadência do Império Otomano no sudoeste europeu desde o século XVIII. Os nacionalismos locais, as potências expansionistas regionais (Bulgária, Sérvia) e as grandes potências (Áustria-Hungria e Rússia) tentaram preencher esse vácuo de poder. Até 1878, predominaram, na região, os conflitos de interesse decorrentes da rivalidade anglo-russa. A política inglesa buscava impedir a expansão do Império Russo para o sul. A Áustria permaneceu por longo tempo interessada na manutenção do *status quo* nos Bálcãs e na dominação turca no sudoeste europeu, porque temia que uma vitória dos nacionalismos, sobretudo dos eslavos do sul, sobre os turcos impulsionasse o separatismo étnico na heterogênea monarquia dos Habsburgo. Na crise do Oriente (1875 a 1878), modificou-se essa situação. A Áustria-Hungria abandonou sua política favorável à integridade territorial do Império Otomano na Europa e engajou-se, a partir de 1878, numa concorrência aberta com a Rússia nos Balcãs, que durou até a Primeira Guerra Mundial.

O sistema de alianças de Bismarck formou-se em reação às três crises diplomáticas nessas conflituosas regiões da política européia: a crise da “guerra à vista” de 1875, a grande crise do Oriente de 1875-78 e a crise da Bulgária e de Boulanger de 1885-1887.

A crise da “guerra à vista” entre a França e a Alemanha foi provocada pela ameaça velada de uma guerra preventiva contra a França, embutida em um artigo do jor-

nal oficioso *Berliner Post*. Seu pano de fundo era a rápida recuperação da França depois da derrota pela Alemanha e seu rearmamento militar, que inquietava os alemães. A reação da Inglaterra e da Rússia, esta ligada à Alemanha pelo Tratado dos Três Imperadores de 1873, em oposição a qualquer veleidade de nova guerra da Alemanha contra a França, deixou clara a Bismarck tanto a fragilidade da Liga dos Três Imperadores quanto as possibilidades limitadas da política alemã, reforçando sua convicção de recusar uma guerra preventiva contra a França e de manter o curso da política de isolamento diplomático.

A grande crise do Oriente começou em 1875, com uma revolta camponesa na Bósnia e na Herzegovina, em primeiro lugar, combatendo a opressão fiscal dos turcos. Em 1876, as sublevações estenderam-se à Bulgária e acentuaram seus objetivos nacionalistas. Os Estados semi-soberanos da Sérvia e de Montenegro juntaram-se aos sublevados e declararam guerra a seu suserano, com a meta de ganhar para si as duas províncias em disputa, fazendo concorrência à Áustria-Hungria. Quando a Sérvia estava na iminência de uma derrota total, a Rússia entrou na guerra a seu lado e deu início, em 1877, à oitava guerra russo-turca. De acordo com Lowe, foi sobretudo a pressão pan-eslava na política interna que forçou a Rússia a assumir o papel de protetor dos eslavos do sul no conflito. Antes da guerra russo-turca, a Rússia e a Áustria-Hungria haviam se entendido quanto à partilha de suas esferas de influência nos Bálcãs. A política inglesa não tinha como impedir a guerra russo-turca, mas defendia a concepção estratégica de que Constantinopla representava a “chave para a Índia” e de que deveria ser defendida contra a Rússia. Ao surgir o perigo de uma ocupação russa de Constantinopla, a Inglaterra despachou sua frota e ameaçou entrar em guerra, com a Áustria-Hungria. A Rússia recuou, não sem antes impor, no Tratado de San Stefano (março de 1878), e contrariamente ao que havia acertado com a Áustria-Hungria, restituições territoriais que significavam o predomínio de fato da Rússia e de seus aliados eslavos na região. Nem a Inglaterra nem a Áustria-Hungria aceitaram esse tratado e exigiram, no Congresso de Berlim de 1878, a devolução da maior parte dos ganhos russos.

No Congresso de Berlim, Bismarck logrou projetar-se como estadista instituidor da paz e dar à Alemanha a imagem de uma potência desinteressada de qualquer expansão: começava, assim, a “era Bismarck” na política européia. O congresso foi um sucesso, mas só superficialmente. A longo prazo, porém, ele criou, para as relações internacionais na Europa, mais problemas do que resolveu. Ele permitiu a ocupação austro-húngara da Bósnia e da Herzegovina. A Bulgária foi dividida, e Montenegro, Sérvia e Romênia tornaram-se independentes da Turquia. A partir daí, esses países passaram a agir sobretudo contra a Áustria-Hungria e a guerrear amiúde entre si por causa de seus respectivos ex-

pansionismos de base étnica. As relações austro-russas pioraram drasticamente e comprometeram, de vez, o primeiro Tratado dos Três Imperadores. O congresso tornou explícito o chamado dilema de opção da Alemanha na questão balcânica: a Rússia exigia uma posição inequívoca a seu favor (que a Alemanha tinha de negar por causa da sua aliança com a Áustria) e sentiu-se traída quando Bismarck adotou uma atitude de mediação.

Essa oposição entre a Alemanha e a Rússia, subitamente irrompida, e a possibilidade de isolamento da Alemanha propiciaram a Bismarck o motivo para celebrar com a Áustria-Hungria a Dupla Aliança (1879), que acabaria por tornar-se a pedra fundamental da política externa alemã. Defensiva, essa aliança era, para Bismarck, uma opção limitada. Seu interesse principal teria sido a renovação do Tratado dos Três Imperadores entre as monarquias conservadoras da Europa (BRIDGE; BULLEN, 1980).

Em 1881, a Rússia deu sinais de estar disposta a concluir uma nova aliança com a Alemanha e a Áustria-Hungria, para evitar o isolamento diplomático com que se sentia ameaçada. O novo Tratado dos Três Imperadores era segredo, mas dotado de maior formalidade do que a primeira aliança. Ele previa neutralidade no caso de um dos aliados ser atacado por uma quarta potência e dividia os Bálcãs em duas esferas de influência: a russa e a austríaca. Paralelamente, Bismarck expandiu seu sistema de alianças no Ocidente, com a inclusão da Itália na, agora, Tríplice Aliança (1882). Em 1883, a Romênia aderiu à Dupla Aliança e a Alemanha formalizou as relações amigáveis com a Espanha e a Turquia. Na década de 1880, o sistema de Bismarck e sua contrapartida — o isolamento da França — alcançaram seu ponto alto. Salvo com a França, a Alemanha mantinha “relações mútuas equilibradas com todos os Estados da comunidade das nações européias, embora em diferentes graus de intensidade, reguladas e garantidas por tratados firmados com decisiva participação de Berlim” (HILDEBRAND, 1989).

A partir de 1885, o sistema de alianças entrou numa dupla crise (crise Boulanger e crise da Bulgária), beirando o colapso. Ele só sobreviveu de forma substancialmente alterada. Na França, o general Boulanger, cognominado General Revanche, mobilizava as tendências nacionalistas interessadas numa desforra armada contra a Alemanha, o que resultou, tanto no lado francês como no alemão, em excessos chauvinistas. Ao mesmo tempo, eclodiu a crise da Bulgária, com o aguçamento da rivalidade entre a Áustria-Hungria e a Rússia, abrindo a possibilidade de uma aproximação entre a Rússia e a França.

A crise búlgara originou-se da tentativa da Bulgária de superar a divisão que lhe fora imposta pelo Congresso de Berlim e de livrar-se da condição de satélite da Rússia. Os três anos de embates acarretaram, entre outras coisas, as intervenções

russas na sucessão dinástica da Bulgária e uma guerra entre a Bulgária e a Sérvia. Tudo levava a crer que, por causa da Bulgária, a guerra entre a Rússia e a Áustria-Hungria seria inevitável. Bismarck evitou-a, contudo, ao dar publicidade aos detalhes secretos do tratado da Dupla Aliança, pelo qual a Alemanha se obrigava a vir em apoio à Áustria-Hungria, em caso de guerra contra a Rússia. Como decorrência dessa crise, a Áustria renunciou ao Tratado dos Três Imperadores, pondo assim um fim à política de Bismarck de vincular por tratados as duas potências antagônicas, Rússia e Áustria-Hungria, amansando-as e tornando-as dependentes da Alemanha.

O fim desse tratado, o descontentamento italiano com as cláusulas da Tríplice Aliança, a onda de agitação revanchista na França e as crescentes tensões econômicas entre a Alemanha e a Rússia representavam para Bismarck uma ameaça aos fundamentos de seu sistema de alianças. Ele ainda conseguiu reconstituir os tratados de todos os países (excetuado o da França) com a Alemanha e formalizar os dois acordos do Mediterrâneo de 1887 (entre a Inglaterra, a Áustria-Hungria e a Itália), alcançando a primeira vinculação da Inglaterra às relações formais da Tríplice Aliança. Todavia, o fundamento oriental do sistema de Bismarck — a relação com a Rússia — tornara-se muito mais fraco do que antes de 1887. Bismarck firmou com a Rússia um tratado secreto, o assim chamado Tratado de Resseguro (1887), que previa neutralidade recíproca no caso de uma guerra defensiva, reconhecimento da preeminência russa na Bulgária e apoio diplomático à pretensão russa de abertura dos Estreitos do Bósforo e dos Dardanelos a seus navios de guerra. Simultaneamente, Bismarck sustentava — nos bastidores, porém —, com o segundo Tratado do Mediterrâneo de dezembro de 1887, a formação de um bloco anti-russo (BRIDGE; BULLEN, 1980), dirigido contra o expansionismo russo nos Bálcãs. Em síntese, o sistema bismarckiano tornou-se muito complicado e contraditório. As cláusulas da Dupla Aliança eram marcadamente favoráveis à Áustria-Hungria e as do Tratado de Resseguro, à Rússia.

Desde o início, no entanto, a diplomacia alemã não atribuiu importância maior ao Tratado de Resseguro. A curto prazo, ele impediu uma aliança franco-russa, mas com o aumento das tensões entre a Alemanha e a Rússia, o tratado não iria além de “segurar os russos longe da gente mais do que seis a oito semanas”, nas palavras do filho de Bismarck, o diplomata Herbert von Bismarck (*apud* HILDEBRAND, 1989). Desde a “traição” alemã dos interesses russos no Congresso de Berlim de 1878, as relações teuto-russas ficaram expostas a tensões crescentes. Essas resultaram, por um lado, do papel mediador da Alemanha no conflito entre a Áustria-Hungria e a Rússia e de sua preferência latente pela Áustria, inserida na Dupla Aliança, o que veio a ser instrumentalizado, sobretudo, pelo movimento pan-eslavo na Rússia, em campanhas populistas de agitação antialemã. Por outro lado, o agravamento das

tensões entre a Alemanha e a Rússia possuía uma dimensão econômica imanente. A Rússia sentia-se economicamente esmagada pela Alemanha, mas dependia desta em seus esforços de industrialização. Com o afastamento de Bismarck de seus aliados liberais e com a formação das alianças entre os *junker* prussianos (latifundiários do leste do rio Elba) e os grandes industriais (alianças de “trigo e aço”), teve início, em 1879, uma proteção aduaneira alemã de produtos agrários, diretamente voltada contra as importações de grãos da Rússia. A situação agravou-se drasticamente quando o governo alemão, cedendo à pressão dos militares, dos *junker* e dos grandes industriais, decretou, em novembro de 1887, o chamado interdito de Lombard, que vedou a negociação de títulos da dívida russa no mercado financeiro alemão. Ambas as medidas (proteção aduaneira e interdito de Lombard) “equivaleram a uma declaração de guerra econômica” (GEISS, 1990) e atingiram a Rússia num ponto extremamente vulnerável. Elas conduziram o país a uma reorientação, inicialmente econômica, para a França. “As raízes da aliança franco-russa”, segundo Bridge e Bullen, “estão na política financeira de Bismarck”. E Wehler argumenta que o itinerário que levaria a 1914 teria começado já em 1887.

A política exterior de Bismarck, o sistema de alianças formado por ele e sua influência sobre as relações internacionais dos Estados europeus são julgados de forma muito diversa pela literatura especializada. As interpretações vão desde uma adoração hagiográfica de seu gênio diplomático até sua condenação como representante político dos reacionários *junker* prussianos. A maior parte das interpretações analisa positivamente o eixo pacifista da política exterior de Bismarck, particularmente em comparação à política mundial da Alemanha guilhermina. A preservação da paz na Europa Central, a atenuação da hegemonia alemã e o desmantelamento de coligações contra a Alemanha foram metas que Bismarck alcançou, a curto prazo, magistralmente. A longo prazo, contudo, a política de Bismarck não resolveu nenhum dos problemas estruturais das relações internacionais na Europa (Alemanha versus França e Áustria versus Rússia), ou seja, os conflitos que, subseqüentemente, culminaram na Primeira Guerra Mundial.

Ao mesmo tempo, sua política criou o fundamento da aliança franco-russa pela qual, mais tarde, a Alemanha se sentiu cercada. Malgrado a genialidade de suas construções de alianças, muitos autores criticam o caráter antiquado, irreal e retrógrado de sua política de gabinete e os métodos elitistas de sua diplomacia secreta, mais apropriados à época de seu nascimento, em 1815, do que às exigências de uma política moderna, respeitadora do espaço público. A diplomacia secreta e os acordos contraditórios introduziram um novo grau de complicação, cinismo e falsidade nas relações internacionais.

As raízes do dilema da política exterior de Bismarck estariam, segundo Bridge e Bullen, na índole de seu projeto de política interna. Bismarck não teria

se preocupado apenas com a preservação da posição da Alemanha no cenário internacional, mas igualmente com a manutenção do *status quo* interno de seu império, que se caracterizava pelo predomínio da aliança conservadora entre os *junker* e os grandes industriais, bem como pelo bloqueio da participação política efetiva da população. A representação dos interesses desse agregado conservador, pela política exterior de Bismarck, sustentou a vertente econômica da rivalidade teuto-russa (BRIDGE; BULLEN, 1980), e a tradição antidemocrática do processo político aplainou o caminho para a demagogia populista dos nacionalistas radicais do período posterior a 1896 (MOMMSEN, 1995).

### ● 3.4 A realização plena da hegemonia européia no mundo: o novo imperialismo

A repentina retomada das conquistas coloniais, por parte das grandes potências européias (exceto a Áustria-Hungria), foi uma das características mais marcantes do período de 1871 a 1914. Antes de 1876, a Inglaterra e a Rússia eram as únicas potências coloniais de expressão, que, em conjunto, dividiam entre si uma grande parte dos 44 milhões de quilômetros quadrados de território colonial. Uma pequena parcela desse domínio foi reivindicada por potências coloniais de menor porte, como a França, os Países-Baixos, a Espanha e Portugal. Por volta de 1900, a França, a Alemanha, a Itália, a Bélgica, bem como o Japão e os Estados Unidos, tinham ingressado no clube das potências coloniais e o território sob domínio colonial quase dobrara, alcançando 70 milhões de quilômetros quadrados.

Esta onda colonialista do final do século XIX é descrita na literatura como o “novo imperialismo”. O atributo “novo” é dado para acentuar a diferença entre a expansão colonial da Europa durante o mercantilismo e esta retomada de atividades colonialistas no século XIX. Inexiste consenso na literatura sobre uma definição da expressão “novo imperialismo”, nem sobre a delimitação temporal desse fenômeno. Enquanto alguns autores querem ver o termo “imperialismo” restrito à época entre 1890 e 1914, outros caracterizam todo o período entre 1871 e 1914 como imperialista. Alguns autores tratam as conquistas territoriais de depois de 1871 como um fenômeno novo; outros vêem uma continuidade acentuada entre elas e o imperialismo informal do livre-comércio anterior a 1871, ou consideram-nas parte de um processo singular de ocidentalização do mundo que vinha ocorrendo desde o século XVI.

Do ponto de vista das relações internacionais, as atividades imperiais das principais potências européias, no final do século XIX, dividem-se em dois períodos marcantes:

- a) o período até 1890, em que as ambições coloniais dos Estados europeus não redundavam em muitas tensões entre as potências. Pelo contrário, a expansão no ultramar servia, enquanto ainda existisse território suficiente para dividir, como válvula de segurança para as pressões na Europa. As rivalidades coloniais desenvolveram-se neste período de forma relativamente independente da situação na Europa;
- b) a partir de 1890, quando o mundo estava de fato dividido, a concorrência colonial aumentava e as tensões fora e dentro da Europa misturavam-se cada vez mais. A partir de 1890, a política europeia mundializou-se (GIRAULT, 1979) e a concorrência colonial elevou as tensões na Europa.

### **3.4.1 A partilha da África**

A partilha da África entre as potências europeias representa o fenômeno mais espetacular e, ao mesmo tempo, menos compreensível do novo imperialismo. Por volta de 1876, só 10% do território africano estavam sob domínio colonial: incluíam a colônia francesa da Argélia, a colônia britânica do Cabo, os resíduos marginais do primeiro Império Português e algumas pequenas posses territoriais no litoral da África Ocidental, que serviam à Grã-Bretanha e à França, sobretudo como bases políticas e comerciais do comércio legítimo. Entre o início do século XIX e 1870, a inserção da África no sistema internacional baseava-se nos princípios do imperialismo informal do livre-comércio, sem conquista de território. A Inglaterra, principalmente, buscou substituir, na África Ocidental, o comércio de escravos pela exportação de produtos agrícolas, ou seja, procurou praticar o chamado comércio legítimo. A relevância da África para a Europa reduziu-se durante o século XIX. Com exceção do valor estratégico, no caso do Egito (em relação ao caminho marítimo para a Índia), e do valor econômico da África do Sul após 1870 (descoberta de diamantes e, posteriormente, de ouro), o continente africano esteve marginalizado no cenário mundial durante o século XIX. Ainda em 1860, a Grã-Bretanha considerou a idéia de abandonar a maioria dos pequenos territórios coloniais no litoral da África Ocidental e dedicar-se exclusivamente ao comércio, sem o “fardo” das conquistas coloniais. Da mesma forma, Bismarck expressou, na década de 1870, sua profunda rejeição a um engajamento colonial da Alemanha, que ele considerava um luxo pomposo sem retorno econômico.

Mesmo assim, num ataque de febre colonial, os Estados europeus partilharam entre si, a partir de 1876, quase a totalidade do continente. A posse colonial, que abrangia 10% do território africano, passou a cobrir, em 1900, 90%. Apenas a Libéria e inicialmente a Etiópia escapavam do imperialismo europeu.

Essa *scramble for Africa* (corrida colonialista pela África) começou em 1876, com as iniciativas francesas de abandonar a restrição colonial aos pequenos territórios no litoral do Senegal e de desembarcar na conquista territorial do interior da África Ocidental. Em princípio, era uma iniciativa local dos militares franceses presentes no Senegal, todavia com a proteção decisiva do governo francês. Os interesses comerciais ingleses, estabelecidos nessas regiões e também na África Equatorial, o segundo alvo da cobiça colonial francesa, pareciam ameaçados. Quando a França fechou em 1882 um tratado com o rei dos tiov, no rio Congo, os planos do rei belga Leopoldo II, que procurava realizar na África Equatorial o seu sonho de um grande império ultramar, também foram postos em risco. Com medo do protecionismo comercial dos franceses, a Grã-Bretanha usou Portugal como defensor dos seus interesses e reconheceu as antigas reivindicações territoriais portuguesas na África Equatorial em troca de garantias de livre acesso comercial. Isso suscitou oposição por parte de outras potências européias, especialmente da Alemanha. No contexto das relações internacionais, porém, essas disputas no continente africano, durante a década de 1880, podem ser consideradas marginais (BRIDGE; BULLEN, 1980).

A Conferência de Berlim de 1884-1885 realizou-se em conseqüência direta desses conflitos emergentes entre as potências européias na África. Bismarck quis apresentar-se como mediador desinteressado, mas, em verdade, tinha o propósito de tirar proveito dos antagonismos coloniais para sua política européia. Na conferência, da qual participaram todas as potências européias e os Estados Unidos, não foi decidida a partilha da África nem foram estabelecidas as fronteiras entre as colônias. O objetivo principal foi a manutenção do livre-comércio nas regiões disputadas na bacia do Congo pela França, por Portugal, pela Bélgica e pela Grã-Bretanha. Isso foi decidido no espírito consensual do Concerto Europeu. O que lhe deu relevância histórica, porém, não foram as suas resoluções em relação ao livre-comércio, mas, sim, as resoluções potencialmente protecionistas. Os participantes definiram condições mais duras, segundo as quais as aquisições coloniais seriam reconhecidas pelos outros Estados europeus. Por fim, decidiu-se a chamada ocupação efetiva como critério-chave de reconhecimento de domínio colonial pelas potências européias. Com isso, a presença mais informal, baseada no comércio legítimo, não serviria mais para definir domínio colonial.

Uma vez definida essa condição, a Conferência de Berlim provocou a dramática intensificação do *scramble for Africa*. A Grã-Bretanha, apreensiva com o protecionismo colonial dos outros Estados, articulava, então, suas reivindicações territoriais, cuja meta era assegurar posições estratégicas em relação ao caminho marítimo para a Índia e o domínio sobre regiões com interesses comerciais britânicos, como Nigéria e Gana. Em vários acordos, Grã-Bretanha, França e



Alemanha definiram, entre 1885 e 1890, as fronteiras exatas das esferas de influência e das colônias: a partilha da África foi finalizada.

Além da bacia do Congo e da África Ocidental, o Egito tornou-se um terceiro foco de disputas coloniais entre a França e a Inglaterra. Com a inauguração do Canal de Suez, em 1869, o país tornou-se o ponto-chave do caminho marítimo para a Índia britânica e, deste modo, ocupou um lugar estratégico na rede mundial do Império Britânico. As tentativas de modernização do Estado egípcio, com empréstimos, conduziram-no à dependência financeira da Inglaterra e da França, que juntas intervieram, em 1876, na administração das finanças egípcias. Essa tutela exercida pelas duas potências e a crescente presença europeia no Egito provocaram uma resistência protonacionalista (ROBINSON; GALLAGHER, 1961). A França recuou diante de uma intervenção militar e, conseqüentemente, a Grã-Bretanha invadiu o país sozinha e atribuiu-lhe o *status* de protetorado no Império Britânico. Em relação ao Egito, piorou o antagonismo colonial anglo-francês, que culminou na crise de Fashoda, de 1898. Para assegurar o Egito e o Rio Nilo estrategicamente, a Grã-Bretanha estendeu seu domínio colonial a Sudão (administrado com o Egito), Uganda e Quênia.

Bismarck procurou instrumentalizar o antagonismo ultramarino entre a França e a Inglaterra para, dessa forma, isolar a França de um potencial aliado. Procurou estimular a aventura colonial da França, numa tentativa duvidosa de desviar as energias revanchistas da França da Alsácia-Lorena para além-mar. Assim, em 1878-1879, sinalizou positivamente à França para que ocupasse a Tunísia, o que produziu protestos veementes por parte da Itália, que tinha interesses coloniais na região. O próprio Bismarck, que era o oposto de um entusiasta colonial, atribuiu às conquistas coloniais uma certa relevância com a conservação do *status quo* europeu. Em meados de 1880, porém, transformou-se em pouco tempo num protagonista colonial e sancionou conquistas alemãs na África (África do Sudoeste alemã, Camarões, Togo: 1884; África Oriental alemã: 1885) e na Ásia (partes de Papua Nova Guiné, inclusive algumas ilhas no Pacífico).

O quarto foco de atividade colonial da década de 1880 era a África Austral, que experimentava uma inserção no sistema mundial diferente da que ocorria no restante da África. Tendo sido fundada como estação de abastecimento da Companhia Holandesa das Índias Orientais, a colônia do Cabo desenvolveu-se lentamente nos séculos XVII e XVIII para transformar-se numa pequena colônia de imigração europeia. No ano de 1795 e, pela segunda vez, em 1806, como conseqüência das guerras napoleônicas, a Grã-Bretanha ocupou o Cabo e pôs fim ao domínio holandês que durava mais de 200 anos. Em seguida, a dinâmica da colonização na África Austral foi determinada pelos seguintes fatores:

- a) a ocupação mais sistemática do território pelos colonizadores britânicos, que empurravam as fronteiras da colonização cada vez mais para o interior;
- b) a migração dos colonizadores de origem holandesa (bôeres) para o interior do subcontinente, a fundação pelos bôeres de várias repúblicas independentes (Natal, Transvaal, Estado Livre de Orange) e as sucessivas anexações britânicas desses territórios desde 1845;
- c) a descoberta de diamantes na Griqualândia, em 1867, e das maiores jazidas de ouro do mundo em Transvaal, em 1885, o que modificou radicalmente a história da África Austral.

Tendo o ouro como fundamento da economia, a África do Sul tornou-se uma colônia de povoamento branco que, sozinha, atraía mais imigrantes brancos do que o resto da África. A partir de então, a política da Grã-Bretanha era influenciada profundamente pelo valor econômico da região. Em 1871, a Grã-Bretanha anexou a área dos diamantes e juntou-a à colônia do Cabo. Em 1880-1881, ocorreu a primeira guerra entre as tropas britânicas e a república bôer de Transvaal, na época ainda extremamente pobre. A Grã-Bretanha seguiu uma política de limitação do conflito e concedeu ao Transvaal independência limitada. Após a descoberta das jazidas de ouro, a Grã-Bretanha empreendeu duas tentativas de tomar o poder no Transvaal. Em 1895, no ataque de Jameson (*Jameson Raid*), as tropas da Rodésia do Sul (que era colônia britânica) invadiram o Transvaal, com a intenção de derrubar o governo. Para justificar a invasão, o imperialismo inglês tentou provocar uma revolta dos imigrantes não bôeres (dos *uitlanders*) contra o governo bôer. A revolta fracassou rapidamente e a invasão terminou num fiasco, forçando a queda de Cecil Rhodes do cargo de primeiro-ministro da colônia do Cabo. As relações anglo-bôeres pioraram drasticamente, dando origem à segunda guerra sul-africana (1889-1902), na qual a Grã-Bretanha usou o seu grande potencial militar contra os bôeres. A guerra foi conduzida com extremo rigor, sobretudo contra a população civil bôer e resultou no apogeu do isolamento internacional britânico. A vitória inglesa custou as vidas de sete mil soldados britânicos e de 35 mil bôeres.

Com o triunfo sobre o subimperialismo dos bôeres, a Grã-Bretanha afirmou a sua hegemonia regional, com a declaração de protetorado sobre a Betchuanalândia, contra a Alemanha, que tinha anexado a África do Sudoeste e com a declaração de protetorado sobre Nyasalândia, contra Portugal, que pretendia estabelecer um vasto corredor de domínio entre Moçambique e Angola.

A partilha da África não se igualava à conquista colonial, já que tinha de realizar-se vencendo a resistência dos povos indígenas. A reação destes à ameaça

externa foi muito diversificada e tributária da situação. O leque das reações estendeu-se de uma aberta colaboração com os europeus à prolongada resistência armada. Alguns povos africanos também usaram meios diplomáticos contra a ameaça imperialista; outros tentaram manipular a competição das potências europeias e locais (como os bôeres) para ganhar concessões e mais autonomia. Muitas vezes, o mesmo povo utilizou toda a variedade de reações contra a ameaça colonial. Por exemplo, os sotho, no Estado Livre de Orange, na África Austral, lutaram contra o imperialismo inglês na década de 1870; posteriormente, negociaram e aceitaram um protetorado inglês sobre a região em 1868; retomaram as armas em 1880; voltaram a negociar o protetorado em 1884. A reação aos europeus dependia igualmente das tensões e dos conflitos sociais e políticos nas sociedades africanas e entre elas. Muitas vezes, o expansionismo de sociedades fortes contra os seus vizinhos levou estes a colaborar com os europeus. Em geral, a luta anticolonial era fragmentada e raramente ela conseguiu superar as divisões que marcaram a política pré-colonial africana. As poucas exceções a esta regra eram casos de resistência coordenados por movimentos religiosos, especialmente islâmicos. Apesar da esmagadora supremacia militar dos europeus, que nunca havia sido maior do que no último quartil do século XIX, o processo de “pacificação” colonial demorou até o início do século XX, em alguns casos, como o de Angola, até a década de 1920, e, no caso do Marrocos, até 1933. A única derrota militar decisiva sofrida pelos europeus, e que afastou o perigo da colonização, foi a da Itália na batalha de Adoua contra a Etiópia, em 1896. Ela pode ser atribuída, em grande parte, às compras volumosas de armamento moderno pela casa real etíope e ao alto grau de coesão militar do reino.

### **3.4.2 O imperialismo formal e o informal na Ásia**

Enquanto o imperialismo do final do século XIX caracterizava-se, na África, por extensas conquistas territoriais e, na América Latina, pela continuação de influência informal, na Ásia, ele combinou essas duas características. A Índia, como coração do Império Britânico, permaneceu no controle colonial formal de Londres, principalmente no modelo de dominação indireta (*indirect rule*), que instrumentalizou as elites tradicionais no exercício do poder colonial. A implementação da estratégia britânica de manter a segurança das fronteiras do império colonial, na Índia, provocou vários conflitos com a Rússia e a França. A Rússia continuou a exercer, no último quartil do século XIX, o seu imperialismo continental, enquanto a França voltou-se para as conquistas coloniais da Península da Indochina (Vietnã, Laos, Camboja). Na Ásia, os Estados Unidos surgiram, pela primeira vez, como potência colonial, e o moderno Japão impôs-se contra a China (1894) e a Rússia (1904-1905) como potência de protetorado da Coreia.

O imperialismo britânico, que, por longo tempo, durante o século XIX, manteve-se como potência imperial hegemônica na Ásia, viu-se, no final do século, empurrado para a defensiva, em virtude das conquistas territoriais da França e da Rússia. A resposta inglesa consistiu na ocupação de regiões estratégicas e na conclusão da aliança anglo-nipônica, em 1902.

A Rússia investiu no sudeste e no leste, nas fronteiras da esfera de influência britânica. Em 1884, tropas russas envolveram-se em uma batalha com tropas afegãs, o que foi considerado pela Grã-Bretanha uma ameaça à fronteira oeste da Índia. A Grã-Bretanha aprontou-se para uma escalada militar do conflito, mas a Rússia recuou, em função da crise da Bulgária. A Grã-Bretanha não anexou o Afeganistão, mas o manteve formalmente como um Estado independente — na prática, como uma semicolônia. Na concepção estratégica britânica, o Afeganistão servia como Estado-tampão entre a Rússia e a Índia.

Vistas pela perspectiva britânica, as fronteiras do leste da Índia foram ameaçadas pela expansão colonial da França na Indochina. A França, que ocupava a Cochinchina desde 1867, decidiu, em 1882, após muitas hesitações, ampliar o seu domínio sobre os territórios de Annam e Tonkim (Vietnã), que eram Estados tributários ao Império Chinês. Depois de uma derrota militar pelas tropas francesas, no ano de 1885, a China foi forçada a concordar com o protetorado francês sobre a região. Finalmente, em 1893, a França declarou o seu protetorado colonial sobre o Laos. Embora as tensões entre a França e a Grã-Bretanha tenham-se acentuado, a Grã-Bretanha não interveio diretamente contra a expansão colonial francesa. Em vez disso, estendeu e fortaleceu seu domínio colonial na Malásia (para proteger Cingapura) e anexou a Birmânia, para segurar a fronteira do leste da Índia. O Sião (Tailândia) manteve a independência política por causa da sua utilidade como Estado-tampão entre as esferas coloniais britânica e francesa.

A China escapou por pouco da partilha de seu território pelas potências européias. Desde a primeira Guerra do Ópio, em 1839-1842, a principal atividade dos Estados imperialistas consistia na abertura da China às mercadorias européias e norte-americanas e em conseguir privilégios diplomáticos para os europeus, o que, de fato, levava a uma limitação significativa da soberania chinesa. Abriram-se mais de 100 portos, e estacionaram-se tropas estrangeiras em Pequim. A partir de 1853, a Rússia e o Japão iniciaram a ocupação de regiões periféricas do Império Chinês. No final do século XIX, durante a chamada *scramble for concessions*, a Rússia, a França, a Alemanha e o Japão começaram a dividir a China em esferas exclusivas de influência, o que podia ser visto como uma pré-etape para uma divisão colonial. O levante Boxer, no nordeste do país, que representou uma violenta reação popular contra a ocidentalização, os estrangeiros e as concessões, foi derrotado pelas potências européias numa ação militar conjunta.

Mas essa resistência mostrou flagrantemente aos europeus os custos e os perigos de uma ocupação colonial da China. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos e a Inglaterra demonstraram determinação de defender a política de livre acesso comercial à China, o que, com as repercussões do levante Boxer, poupou a ela o destino africano da partilha. A China e as regiões sob sua influência tornaram-se o alvo principal do expansionismo ultramarino japonês e, assim, viraram palco de conflitos entre o Japão e a Rússia.

Mesmo antes da revisão dos tratados desiguais que estipularam, como no caso da China, a abertura do Japão, privilégios e extraterritorialidade dos estrangeiros, o Japão já havia reivindicado, com sucesso, diversas ilhas e arquipélagos ao norte e ao sul do seu território. A vitória contra a China, em 1895, transferiu a ilha de Formosa, as ilhas dos Pescadores e, temporariamente, Port Arthur para o Japão, e garantiu-lhe a hegemonia informal sobre a Coréia, que foi anexada em 1910. O Japão reservou-se os mesmos privilégios comerciais e políticos que as outras potências imperialistas já tinham extraído da China. Com a vitória contra a Rússia, em 1905, a influência japonesa ampliou-se no continente asiático, principalmente na Manchúria do Sul. Durante a Primeira Guerra Mundial, a expansão japonesa no território chinês ganhou novo êxito. Em 1931, finalmente, o Japão retomou, com a invasão da Manchúria, as conquistas territoriais em grande escala, iniciando as hostilidades que depois se integraram à Segunda Guerra Mundial na Ásia.

### **3.4.3 O início do imperialismo americano**

Enquanto as atividades coloniais dos Estados europeus podem ser vistas em uma longa tradição imperial, o imperialismo dos Estados Unidos do fim do século XIX foi um fenômeno novo. Durante muito tempo, no século XIX, os Estados Unidos consideravam-se, apesar da influência financeira e informal na América Latina, um Estado decididamente antiimperialista, com as suas origens na luta anticolonial contra a Grã-Bretanha. A intervenção em Cuba e a guerra hispano-americana (1898) levaram à virada, porém ela provocou uma ampla oposição interna. O grande movimento anticolonial reunia, entre outras, personalidades tão diferentes como o magnata do aço Carnegie e o escritor Mark Twain.

O apoio americano à revolta cubana contra a opressão colonial espanhola baseou-se, de início, em idéias humanitárias e liberais. O governo dos Estados Unidos e especialmente o Presidente MacKinley queriam evitar a guerra. Entretanto, a opinião pública americana e a imprensa empurraram-no para um engajamento direto em Cuba. Quando um navio de guerra americano foi afundado no porto de Havana, os Estados Unidos expulsaram os espanhóis de Cuba e de Porto Rico. Ao mesmo tempo,

os Estados Unidos destruíram a frota espanhola em águas filipinas, ocuparam, com os rebeldes filipinos, a cidade de Manila e terminaram com o colonialismo espanhol na Ásia. Cuba recebeu formalmente a independência; Porto Rico, as Filipinas e Guam tornaram-se colônias americanas. O que começou como uma luta de libertação anti-colonial resultou em conquistas coloniais. Em 1899, a resistência nacionalista filipina ergueu-se contra os Estados Unidos, que a subjogou com 70 mil soldados. Com a Emenda Platt de 1901, Cuba foi declarada um protetorado americano. Embora a emenda à constituição cubana fosse revogada em 1934, o país foi mantido na situação de uma semicolônia até a vitória da revolução, em 1959.

Começando com a guerra contra a Espanha, os Estados Unidos gradativamente se afastaram da sua tradição de isolacionismo e chegaram a exercer uma política mais afirmativa, especialmente no Caribe e no Pacífico. A política exterior de Theodore Roosevelt, que presidiu os Estados Unidos entre 1901 e 1909, orientou-se pelo lema *Speak softly and carry a big stick* (“fale suavemente e carregue um grande porrete”), que simbolizou a nova política.

O imperialismo americano agia em três frentes. A política na América Central tinha como objetivo a criação de um “Mediterrâneo americano”, dominado pelos Estados Unidos. Essa política ganhou impulso com a intervenção no istmo do Panamá, em 1902, e a construção do canal entre 1907 e 1914. No Caribe, os Estados Unidos sentiram-se livres para manter a sua hegemonia, quando necessário com intervenções militares e ocupações duradouras, como aconteceu em Cuba (1906-1909, 1911-1912, 1917-1922), na República Dominicana (1905, 1916-1924), no Haiti (1915-1934), no México (1914 e 1916) e na Nicarágua (1909-1933). Para facilitar a construção do Canal do Panamá em um ambiente politicamente mais favorável, os Estados Unidos ajudaram na revolta panamenha contra a Colômbia, que governava o Panamá e que se opusera aos termos de arrendamento da zona do canal. Independente da Colômbia, o Panamá converteu-se, na prática, em um protetorado norte-americano.

Na América do Sul, os Estados Unidos estavam em concorrência, principalmente econômica, com a Grã-Bretanha, cujo imperialismo econômico-financeiro ainda liderava no subcontinente. Os Estados Unidos não recuaram, intervindo na política interna dos Estados latino-americanos sempre que os interesses americanos eram ameaçados (entre outros exemplos: Chile, 1891; Brasil, 1893-1894; Venezuela, 1895-1896). A Doutrina Monroe, em princípio concebida para a defesa da independência dos Estados americanos, transformou-se, na virada do século, em um instrumento de defesa de interesses econômicos norte-americanos contra a concorrência européia e, também, servia para legitimar as abertas e ocultas intervenções norte-americanas na política interna dos Estados latino-americanos independentes.

A terceira esfera da presença do imperialismo americano estava na Ásia Oriental e no Pacífico. A conquista das Filipinas, a ocupação de Wake e Guam, assim como a anexação do Havaí, no ano de 1898, só podem ser compreendidas como vinculadas aos interesses americanos na China. Estes se manifestaram na defesa da política de porta aberta (*open-door policy*), uma política que os Estados Unidos viam cada vez mais ameaçada pelas ambições territoriais dos concorrentes europeus. O interesse maior dos Estados Unidos não era a construção de um império colonial em si; em verdade, viam as suas posses coloniais na Ásia como um trampolim para o mercado chinês, cujo potencial imediato era superestimado por eles e também pelos Estados europeus na época.

### **3.4.4 O novo imperialismo: um conceito controverso**

O debate científico e político acerca da explicação e da caracterização conceitual do imperialismo do final do século XIX engendrou uma multiplicidade de teorias e paradigmas. Coloca-se em questão se fenômenos tão diferentes como a conquista francesa de imensos territórios da África Oriental e Central, totalmente irrelevantes para a Europa em termos econômicos; a construção da estrada de ferro Berlim-Bagdá com capitais ingleses, franceses e alemães; a abertura dos mercados chineses; e, ainda, a concorrência anglo-teuto-americana pelos mercados latino-americanos podem ser reduzidos a um denominador comum chamado imperialismo. Teriam as diversas atuações das potências europeias no ultramar (assim como as do Japão e dos Estados Unidos) as mesmas causas, os mesmos motivos e as mesmas dinâmicas? Em que consistem as relações entre imperialismo e colonialismo, bem como entre a economia da Europa, com os seus ciclos, e a expansão imperialista no ultramar? O imperialismo do final do século XIX significa simplesmente a continuação da expansão europeia do século XVIII, ou seria um fenômeno radicalmente novo, vinculado ao capitalismo avançado da segunda revolução industrial na Europa?

Opta-se aqui por um significado amplo e aberto do termo imperialismo, que abrange a dominação das potências europeias (e também dos Estados Unidos e do Japão) sobre o sul do planeta, tanto direta (isto é, a conquista territorial do imperialismo formal) quanto indireta (imperialismo informal), ou seja, por meio de relações econômicas e políticas assimétricas. A distinção entre imperialismo formal e informal (ROBINSON; GALLAGHER, 1961) é considerada apenas gradual e não raro se esvai.

Supõe-se também que não há uma explicação monocausal do imperialismo do final do século XIX. A política dos Estados europeus no ultramar, entre 1870 e 1914, tinha causas, motivos e dinâmicas diversas, e não pode ser atribuída a uma

causa prevalente, como a um cálculo econômico (busca de mercados, matérias-primas ou oportunidades para investimento de capital) ou à sua funcionalidade no cenário político europeu. Certamente, a depressão econômica de 1873 a 1896, a concorrência crescente entre os Estados europeus e o recrudescimento do protecionismo representam fatores que, com o nacionalismo, marcaram decisivamente a mentalidade da época. Esses fatores econômicos formam o pano de fundo do imperialismo sem representar sempre, no entanto, sua causa ou motivo direto.

Considerando o *background* comum da mentalidade da época, os imperialismos dos diversos Estados, com seus desdobramentos regionais, podem ser explicados individualmente. Em geral, pode-se argumentar que a atuação dos Estados europeus e dos Estados Unidos na América Latina esteve sob forte influência de interesses econômicos claramente definidos. Assim, em 1913, 25% de todos os investimentos e empréstimos externos ingleses concentravam-se na América Latina (CAIN; HOPKINS, 1993). A política européia e a estadunidense com relação à China caracterizaram-se por expectativas incrivelmente fortes quanto ao seu potencial como parceiro comercial. O sonho de que o país mais populoso do mundo tornar-se-ia um mercado para os produtos ocidentais necessitaria, contudo, mais de 100 anos para dar sinais de possibilidade de realização. Em 1885, o comércio da Inglaterra com a China mal passava de 1% do comércio exterior inglês (LOWE, 1994).

O subcontinente indiano possuía grande valor econômico e alto significado simbólico para a Inglaterra. A Índia era importante para o sistema financeiro britânico, útil à indústria inglesa e necessária para investimentos ingleses no exterior (CAIN; HOPKINS, 1993). No Império Britânico, a Índia representava o maior mercado para os produtos ingleses e a segunda maior destinação de investimentos externos, depois do Canadá. Sobretudo, as indústrias da primeira fase da revolução industrial (especialmente a indústria têxtil do Lancashire), em declínio no mercado mundial, tinham no mercado indiano a garantia de sobrevivência. A política mundial inglesa do século XIX definia a Índia como prioridade irrenunciável, cuja proteção, em larga escala, determinava a política colonial no Mediterrâneo, no Egito, no Afeganistão e no sudoeste asiático.

A política européia no Oriente Próximo e com relação ao Império Otomano foi durante muito tempo influenciada por considerações estratégicas como a da defesa da rota marítima para a Índia. O Império Otomano também assumiu importância, no contexto da política de equilíbrio européia, como contrapeso à Rússia no sul e sudoeste da Europa. Com a ocupação do Egito, na década de 1880, o Império Otomano perdeu, aos olhos da Inglaterra, muito da sua importância estratégica. Nessa mesma época, o Império Otomano transformou-se numa peça importante no tabuleiro dos imperialismos financeiros alemão e francês.



A explicação mais difícil é a do engajamento colonial da Europa na África, tanto pela abrupta alteração da política europeia para o continente quanto pelo pouco sentido que fazia, dos pontos de vista econômico e político, a conquista dos territórios africanos. A explicação para a partilha da África concentrou-se, até a década de 1960, nos motivos econômicos (exportação de mercadorias e de capital). Em seguida, ganharam importância as teorias políticas baseadas em estratégias globais, prestígio nacional ou manutenção do equilíbrio europeu como fatores decisivos. Paralelamente, desenvolveram-se tendências para explicar o colonialismo como um fenômeno sustentado pela psicologia e pela mentalidade de massas (atavismo social, darwinismo social) ou como expressão de nacionalismo exacerbado (nacional-imperialismo). As explicações centradas na própria África interpretam a sua partilha como reação à resistência africana contra a penetração comercial e cultural do continente pelo imperialismo informal do livre-comércio desde a abolição do tráfico de escravos (HOPKINS, 1973).

Apesar da grande consistência das interpretações e do aumento considerável do conhecimento sobre esse período, nenhuma das abordagens monocausais convence. Não se pode isolar nenhuma razão como genericamente predominante na partilha da África. Os diversos imperialismos tinham suas razões próprias, que amiúde se modificaram. Assim, a intromissão do rei da Bélgica, Leopoldo II, que provocou uma das primeiras fagulhas para a subsequente *scramble for Africa*, deve ser vista, em princípio, como um ato isolado, individual, sustentado por devaneios inespecíficos de um grande império. Durante longo tempo, o rei dos belgas manteve seus súditos e sobretudo os grandes industriais no escuro acerca de suas intenções, pois temia uma vigorosa oposição a um engajamento colonial.

A participação de Portugal na partilha da África e a fundação do terceiro Império Português é objeto de grande polêmica. Hammond enfatiza que o caso de Portugal seria o melhor argumento contra as teorias econômicas do imperialismo. A economia subdesenvolvida de Portugal não tinha qualquer interesse nas colônias africanas nem dispunha de potencial para explorá-las. A expansão ultramarina de Portugal após 1870 orientou-se por questões de prestígio, levada pela nostalgia dos velhos tempos do primeiro e segundo impérios e pela idéia de que a posse de grandes extensões coloniais seria uma espécie de justificativa e garantia da sobrevivência de Portugal como país independente. Por fim, o colonialismo português seria um reflexo compensatório à marginalização de Portugal pelas potências europeias. Clarence-Smith contrapõe, porém, que o motivo principal da expansão colonial portuguesa teria sido a busca de mercados protegidos e a superação da carência crônica de divisas de Portugal.

O colonialismo francês no final do século XIX é interpretado pela maioria dos autores como reação à derrota francesa na guerra franco-prussiana de 1870-1871. Essa experiência traumatizou a consciência nacional e a direita colonial buscava defender a expansão como “remédio contra a decadência e a displicência interna” (ZIEBURA, 1975). O imperialismo da França seria uma correção de sua própria introversão, a tentativa de manter o *status* de grande potência já comprometido. No entanto, o engajamento colonial não refletia uma política consensual. As intervenções coloniais foram impostas, de acordo com Ziebura, contra uma resistência maciça da sociedade, tanto da esquerda quanto da direita, num jogo entre o governo e “grupos estratégicos” que se formavam caso a caso. Brunshwig argumenta de forma semelhante, considerando ainda a iniciativa expansionista dos núcleos coloniais de militares franceses humilhados pela derrota de 1870-1871 como fator decisivo da corrida pela África. Isso, por exemplo, explica a ampliação dos pequenos territórios coloniais na costa africana, especialmente no Senegal, datados da fase do imperialismo informal, para um imenso império colonial no interior da África Ocidental.

O ingresso da Alemanha no círculo das potências coloniais também levou os especialistas às mais diversas interpretações. Os interesses coloniais econômicos da Alemanha, na África, eram e continuaram sendo marginais durante todo o século XIX, embora projeções difusas do valor potencial das colônias tenham contribuído, na crise de 1873-1896, para popularizar as idéias imperialistas. Bismarck nunca se deixou transformar, ao longo de seu governo, em um defensor convicto da aventura colonial nem escondeu, mesmo depois da conquista de colônias na África, sua rejeição a esse tipo de política mundial e sua clara preferência por uma política continental. Sempre esteve convencido das vantagens de um imperialismo de livre-comércio. O comportamento de Bismarck foi, assim, no sentido de um colonialismo oportunista, isto é, ele concordava com a conquista colonial como meio para realizar outros objetivos políticos. Por um lado, esperava ele, com seu desvio pela política colonialista, obter nas eleições de 1884 uma maioria operacional no Reichstag (parlamento alemão). Por outro lado, a conquista colonial desempenhava certo papel em sua política de manutenção do *status quo* na Europa: era sua intenção formar, com a França, um contrapeso à Inglaterra no plano mundial, cujos efeitos atingiriam a Europa (HILDEBRAND, 1989). Taylor argumenta que o objetivo principal da política colonial de Bismarck teria sido a tentativa de aproximar-se da França. Esse possível ensaio de uma *entente* colonial com a França fracassou, no entanto, logo no início de 1885, com a queda do primeiro-ministro francês Jules Ferry, decidido defensor do colonialismo francês,

e o retorno da Alsácia-Lorena ao centro das preocupações do nacionalismo na França, desencadeando uma onda de revanchismo contra a Alemanha.

Além disso, uma espécie de calculismo social-imperialista também teve sua importância no colonialismo alemão, na medida em que se buscou transformar o prestígio na política exterior em fator de estabilização do sistema na política interna. O ativismo imperialista serviu a Bismarck, na opinião de Wehler, como instrumento maquiavélico de compensar a recusa de reformas sociais e políticas internas com prestígio de uma potência colonial.

O novo colonialismo inglês na África foi sobretudo reativo e preventivo. A Inglaterra permanecia fiel, em princípio, ao livre-comércio e não fechou suas novas colônias a seus concorrentes econômicos. O temor de um protecionismo colonial, principalmente da França, levou a Inglaterra a realizar anexações preventivas, sobretudo na África Ocidental. A recessão da década de 1870 e o recuo da preeminência britânica no mercado mundial forneceram aos anexionistas fôlego adicional. No contexto da África Ocidental, “forças periféricas” ganharam também importância. Fieldhouse considera que o colapso da colaboração entre as elites africanas locais e os britânicos, no intercâmbio comercial, bem como a desarticulação das comunidades locais, resultante do contato econômico e cultural com o Ocidente, dificultaram a continuidade do imperialismo informal e provocaram intervenções mais diretas. Na África Austral, a importância econômica da região, a ameaça à hegemonia inglesa por parte do subimperialismo dos bóeres e os avanços coloniais de Portugal e da Alemanha conduziram a Inglaterra a novas anexações, enquanto a ocupação do Egito, do Sudão e da África Oriental deve ser vista no contexto dos interesses financeiros no Egito e da relevância estratégica da região para a rota marítima das Índias.

Os outros três imperialismos, ausentes da partilha da África (Rússia, Estados Unidos e Japão), têm explicações específicas. O “imperialismo ferroviário” continental (GEYER, 1987) da Rússia era expressão de uma política tradicional de grande potência, símbolo de seu *status*, a que se atribuía função importante de estabilização e consenso internos. O imperialismo russo era velado (GEYER, 1987), pois o país necessitava, para sua própria industrialização, de grandes importações de capital. O imperialismo norte-americano, fortemente marcado pela tradição inglesa de livre-comércio, não estava interessado na conquista de colônias em si e chegou mesmo a adotar uma retórica anticolonial. Isso não o impediu de anexar territórios, quando se tratava da defesa de seus interesses econômicos concretos e da imposição de mercados livres. O imperialismo japonês na Coreia e na China era reflexo, de um lado, do processo de industrialização do Japão e da percepção, com ele conexas, da necessidade de expansão. De outro lado, ele pode ser visto como emergente de profundas tradições estratégicas do Japão, expressões dos interesses “atávicos” da aristocracia militar.

### ● 3.5 O surgimento da bipolaridade na Europa e a Primeira Guerra Mundial (1890-1914)

A polarização das principais potências em dois blocos de poder antagônicos é a característica dominante das relações internacionais depois de 1890. Com a celebração da aliança com a Rússia, a França superou o seu isolamento diplomático. A política externa alemã, que era percebida como ameaçadora, levou a Inglaterra a uma aproximação com a França e a Rússia entre 1904 e 1907. Já a partir de 1907, os futuros adversários na Primeira Guerra Mundial estavam em dois blocos opostos: a Tríplice Aliança, que reunia, desde 1882, a Alemanha, a Áustria-Hungria e a Itália — mas sem ter causado a participação da Itália na guerra ao lado da Alemanha — e a assim denominada Tríplice Entente, que envolvia a França, a Rússia e a Inglaterra.

A conclusão da aliança franco-russa, em 1894, reduziu a semi-hegemonia alemã no continente e estabeleceu uma espécie de equilíbrio entre as potências (SHEEHAN, 1996; KENNEDY, 1989). A eliminação da Rússia como grande potência, causada pela derrota na guerra russo-japonesa (1904-1905), quebrou esse equilíbrio temporariamente. A Alemanha tentou aproveitar-se desse enfraquecimento da Rússia na primeira crise marroquina (1905-1906), assim como na crise da anexação da Bósnia (1908-1909), mas a aproximação da Grã-Bretanha da aliança franco-russa e a recuperação econômico-militar da Rússia restabeleceram o equilíbrio rudimentar entre os dois blocos.

A celebração da aliança franco-russa, o fim do distanciamento britânico da política continental, ou seja, o fim da *splendid isolation*, e a superação dos antigos antagonismos entre a Grã-Bretanha, de um lado, e a França e a Rússia, de outro, tinham uma causa comum: o temor da política externa alemã, considerada imprevisível, agressiva e ameaçadora. Os tratados entre os parceiros da Tríplice Entente eram de natureza defensiva. Da parte da Alemanha e de seus dirigentes, eles foram percebidos como um cerco (*Einkreisung*), como um elo de ferro (*eiserner Ring*) de potências inimigas que se fecharia cada vez mais apertado em torno da Alemanha. A elite dominante da Alemanha sentia-se empurrada para a defensiva; na política interna, pela crescente importância das forças sociais em oposição ao regime guilhermino, sobretudo da social-democracia e, na política externa, pelo cerco das alianças que, na percepção dos dirigentes alemães, voltavam-se contra a Alemanha. Em julho de 1914, a tentativa de superar essa defensiva com uma dramática “fuga para a frente”, ou seja, com um sucesso diplomático (ou militar) espetacular, que humilharia os adversários, levou a Europa, que se encontrava numa situação generalizada de falta de vontade de manter a paz, à Primeira Guerra Mundial.

Após 1890, o engajamento ultramarino das grandes potências europeias adquiriu uma nova qualidade. As conquistas coloniais, durante a época da *Kontinentalpolitik* de Bismarck, muitas vezes amorteceram as tensões europeias e pouco influenciaram a essência das relações entre os Estados. Após 1890, pelo contrário, a concorrência fora da Europa entre as potências repercutia na situação interna europeia, e os conflitos imperiais aumentaram a tensão no continente europeu. No período após 1890, mais precisamente após 1898, iniciou-se a política mundial (*Weltpolitik*), ou seja, a mundialização (GIRAULT, 1979) da política exterior de todas as potências, não só da política da Alemanha. No entanto, os traços específicos da política mundial alemã fizeram-na parecer ameaçadora. A *Weltpolitik* alemã reivindicou a igualdade de direitos com as outras potências em relação a posses coloniais, quando o mundo já estava dividido. A Alemanha alicerçava as reivindicações em um gigantesco programa de construção naval, que foi designado como um instrumento para extrair concessões políticas à Grã-Bretanha.

Entre 1890 e 1905, a diplomacia tratou sobretudo dos problemas fora da Europa. Após 1905, tensões e conflitos no continente voltaram ao centro das relações europeias. Gradualmente, as tensões entre os Estados culminaram em duas crises ocidentais (as duas crises marroquinas) e em três crises no leste da Europa (a crise bósnia, as duas guerras dos Bálcãs e a crise de julho de 1914). Os antagonismos nos Bálcãs propiciaram as causas imediatas da deflagração da Primeira Guerra Mundial. Após a expulsão do Império Otomano da Europa, confrontaram-se, nos Bálcãs, a Sérvia, aliada da Rússia, e a Áustria-Hungria, aliada da Alemanha.

### **3.5.1 Crises e alianças (1890-1914)**

A saída de Bismarck do poder é interpretada, na literatura, como uma virada decisiva, um *turning point*, não só da política externa alemã, mas também das relações internacionais dos Estados europeus. Contudo, apesar das diferenças fundamentais entre a política continental conservadora de Bismarck e a agressiva *Weltpolitik* da fase guilhermina, identificam-se elementos marcantes de continuidade entre os dois períodos. A deterioração das relações entre a Alemanha e a Rússia, e, em consequência, a superação do isolamento da França tiveram início ainda na época de Bismarck. Por outro lado, o novo chanceler alemão, von Caprivi, preservou a orientação principal da política externa de Bismarck. O chamado “novo rumo” da política alemã, depois de 1890, permaneceu na primazia da política europeia, isto é, representava a continuação da política continental de segurança de Bismarck, porém com a tentativa de ganhar a Grã-Bretanha como novo parceiro. Ao mesmo tempo, Caprivi seguia a idéia de uma união aduaneira da Europa Central e fechou tratados comerciais com diversos Estados. Em vez

de focalizar exclusivamente a ruptura causada pela queda de Bismarck, em 1890, parece mais apropriado tratar os anos entre 1887 e 1897-1898 como um período de transição na política externa alemã. Nesses dez anos, formou-se o antagonismo teuto-russo, que chegou a representar o primeiro elemento-chave da nova inserção da Alemanha no sistema internacional. Com a inauguração, em 1897, da *Weltpolitik* e do programa de construção naval, apresentou-se também a segunda peça-chave do surgimento da bipolaridade nas relações internacionais da Europa: o antagonismo germano-britânico.

Os dirigentes da política externa alemã nunca consideraram possível um pacto entre a Rússia e a França, principalmente em virtude da adversidade de seus sistemas de política interna. A declaração de guerra econômica com o interdito de Lombart, em 1887, o não-prolongamento do tratado de resseguro e as tentativas paralelas da Alemanha de aproximar-se da Grã-Bretanha levaram a Rússia para o lado da França. Em várias etapas diplomáticas, formou-se, entre agosto de 1891 e janeiro de 1894, a aliança franco-russa, cuja duração estendeu-se ao período da Primeira Guerra Mundial, dando um fim ao isolamento diplomático francês de mais de 20 anos. A aliança era um pacto militar defensivo que previa a ajuda militar mútua no caso de um dos parceiros ser atacado pela Alemanha ou, com a ajuda desta, pela Itália ou pela Áustria-Hungria. No caso de uma mobilização militar de um dos Estados da Tríplice Aliança, a França e a Rússia responderiam em conjunto.

Pela perspectiva da Alemanha, a conclusão da aliança franco-russa criou a possibilidade, sempre muito temida na política alemã, de uma guerra em duas frentes. Para lidar com essa possibilidade, os militares alemães desenvolveram o Plano de Schlieffen, que era encarado como uma “receita sacrossanta de vitória” (WEHLER, 1984) e que a partir daí pregava não só o pensamento militar, como também decisões políticas. Esse plano de campanha militar desenvolveu, na crise de julho de 1914, uma dinâmica fatal própria, predeterminando as decisões políticas. Desenvolvido pelo chefe do Estado-Maior, von Schlieffen, o plano supunha a incapacidade de uma rápida mobilização das forças armadas russas e previa, no caso de uma guerra com a França e a Rússia, conduzir o conjunto das forças armadas alemãs, desprezando a neutralidade da Bélgica, a uma batalha violenta e decisiva contra a França e, após uma rápida vitória, construir a frente do leste contra a Rússia.

A política externa do chanceler Caprivi subestimava a possibilidade de uma aliança entre a Rússia e a França e, ao mesmo tempo, superestimava o potencial de uma aproximação entre a Alemanha e a Grã-Bretanha. Caprivi procurava obter apoio britânico no continente em troca de concessões coloniais. A conclusão do tratado teuto-britânico sobre a Ilha de Heligolândia e Zanzibar, de 1890, marcou um resultado importante nesta *détente* colonial. Mas, já em 1892, a relação

teuto-britânica começou a esfriar e a Alemanha tentou, sem êxito, uma reaproximação com a Rússia. Os interesses antagônicos teuto-britânicos no Oriente Próximo e na África ensejaram o início do descontentamento. O telegrama de felicitações do Imperador Guilherme II ao presidente dos bóeres do Transvaal, Ohm Kruger, depois da aniquilação, em 1896, de *Jameson Raid*, marcou uma significativa deterioração da relação teuto-britânica.

No início de 1897, a política externa alemã entrou numa nova fase, a da mão-livre (*freie Hand*) e da *Weltpolitik*, o que fez surgir definitivamente o antagonismo teuto-britânico. Essa nova política externa, iniciada e simbolizada pelo novo ministro das Relações Exteriores e, mais tarde, chanceler, Bernard von Bülow, marcou a ruptura definitiva com a política continental de segurança de Bismarck. Definiu como meta não assumir compromissos ou formar alianças (manter a mão-livre) nem com a Rússia nem com a Grã-Bretanha, até que a Alemanha possuísse uma armada suficientemente grande para formar com a Rússia um pacto contra a Grã-Bretanha. A Alemanha reivindicou o que von Bülow chamava de “um lugar ao sol” e o que ele entendia como igualdade na escala mundial com as outras grandes nações. A Alemanha guilhermina não queria a dominação do mundo, como iria querê-la mais tarde o Terceiro Reich, mas reivindicou uma posição, como grande potência mundial, que correspondesse ao seu poderio econômico. Segundo Bridge e Bullen, o tão aspirado *status* de potência mundial significaria, na prática, que “nenhuma outra potência teria o direito de decidir qualquer assunto (na política internacional), em qualquer lugar do mundo, sem a autorização da Alemanha”.

Mas, além das proclamações genéricas de que o futuro da Alemanha estava no mundo todo, a política alemã não transmitia uma definição precisa dos objetivos concretos de sua *Weltpolitik*. Embora existissem planos difusos de uma África Central alemã, assim como planos com respeito à Europa Central, na prática, a política mundial alemã era um movimento sem rumo e sem metas. Esforços e resultados estavam num grotesco desequilíbrio. Após um imenso esforço político, a *Weltpolitik* resultou na aquisição da parte norte de Samoa (1898-1899), do Kiautchau chinês e de alguns pequenos territórios na África negra. Da Espanha foram compradas, em 1899, algumas ilhas, sem valor, no Pacífico. No Oriente Próximo, a Alemanha tornou-se mais presente, depois que o imperador Guilherme II, em 1898, por ocasião de uma viagem a Damasco e a Jerusalém, declarou-se o protetor de todos os muçulmanos do mundo.

O cerne da *Weltpolitik* alemã era a construção de uma marinha de guerra, que deveria aproximar-se em poderio da inglesa e persuadir a Inglaterra da necessidade de fazer concessões substanciais aos planos imperiais alemães. A Inglaterra considerou o programa de construção naval alemão uma ameaça a seus interesses

vitais e à sua segurança territorial, ao qual respondeu, militarmente, com a intensificação do esforço próprio de armamento e, diplomaticamente, aproximando-se da França e da Rússia. O discurso público da ameaça alemã à segurança britânica chegou ao clímax no chamado *navy scare* (pânico naval), em 1908-1909, que se caracterizou por excessos de fobia à Alemanha. A Grã-Bretanha ganhou a corrida armamentista marítima, sobretudo quando ela, a partir de 1906, estabeleceu, com a categoria de *dreadnought*, um novo e mais alto padrão de navio de combate. A situação política e financeira da Alemanha tornava a aproximação de seu poderio ao poderio numérico da armada britânica cada vez mais difícil. No ano de 1911, a supremacia marítima da Grã-Bretanha reduziu-se. Depois desse ano, e especialmente depois de a Alemanha ter desistido da corrida armamentista naval e de ter retornado ao rearmamento febril de seu exército terrestre, a supremacia marítima da Grã-Bretanha voltou a crescer.

A *Weltpolitik* da Alemanha provocou o fim da política britânica de distanciamento do continente europeu, a chamada *splendid isolation*. Depois da Guerra da Criméia, a Grã-Bretanha afastou-se muito da política do continente e dedicou-se ao seu império. Poucas vezes, como na crise da “guerra à vista” de 1875, interveio politicamente em prol da preservação do *status quo* no sistema dos Estados europeus. Dirigiu-se, também, como parte da sua estratégia global, contra uma expansão russa no sul e no sudoeste da Europa, e engajou-se na preservação do Império Otomano na Europa. A conquista solitária do Egito e as simpatias públicas na Europa pelos bôeres, durante a guerra anglo-sul-africana (1899-1902), fizeram aumentar o isolamento da Inglaterra dos outros Estados.

Por volta de 1900, os antagonistas da Grã-Bretanha na escala mundial ainda eram a França e a Rússia. No ano de 1898, a rivalidade colonial com a França chegou, na crise de Fashoda, à beira de um choque militar. Em 1901, a França e a Rússia fecharam um acordo para o caso de uma guerra conjunta contra a Inglaterra. De outro lado, entre a Inglaterra e a Alemanha, existiram, até a virada do século e o desdobramento da *Weltpolitik*, poucos pontos de grave conflito, o que levou a várias aproximações e tentativas de acordo (1895, 1898-1899 e 1901), mas todas frustradas. Em última análise, foram a *Weltpolitik* alemã e a construção naval que tornaram impossível um entendimento com a Grã-Bretanha.

A Grã-Bretanha procurou outros parceiros para vencer o seu isolamento. Como primeiro passo, resolveu o conflito com os Estados Unidos que resultou do bloqueio contra a Venezuela em 1902-1903. Ela também se mostrou disposta a fazer mais concessões aos Estados Unidos na América do Sul e na América Central. A conclusão da aliança anglo-nipônica, no ano de 1902, é considerada na literatura um passo decisivo para o fim da *splendid isolation*. Esse pacto deu ao Japão, na estratégia mundial da Grã-Bretanha, a função de um contrapeso à



Rússia no Extremo Oriente e permitiu o retorno de uma parte da frota britânica do Pacífico para a Europa. Para o Japão, o pacto significava o reconhecimento de igualdade diplomática com as outras potências e possibilitou a guerra contra a Rússia (1904-1905) sem a intervenção de outros Estados.

A aproximação entre a Grã-Bretanha e a França também só pode ser compreendida como reação à política externa da Alemanha. A *Entente Cordiale*, fechada entre ambos os Estados em 1904, não era uma aliança, mas um acerto para o apaziguamento dos conflitos coloniais na África do Norte e na Indochina. O âmago do tratado era o reconhecimento da ocupação inglesa do Egito e dos interesses franceses no Marrocos. A conclusão do acordo significou um importante sucesso para o ministro Delcassé, das Relações Exteriores da França, que, depois de trocar a sua política de orientação antibritânica para o *rapprochement* com a Grã-Bretanha, dedicou-se incansavelmente ao fortalecimento de seu novo “sistema” da política exterior (GIRAULT, 1979). Consistia na corroboração da relação com a Rússia, na consolidação da amizade com a Grã-Bretanha e na política, por último vitoriosa, de afastar a Itália da Tríplice Aliança. A Grã-Bretanha oficialmente não entendeu a *Entente Cordiale* como um ato dirigido contra a Alemanha; o Império Alemão, ao contrário, sentiu-se profundamente atingido pela aproximação entre a França e a Grã-Bretanha.

A derrota russa na guerra contra o Japão (1904-1905) e a Revolução Russa de 1905-1906 enfraqueceram o país de tal forma que, temporariamente, caiu para a posição de potência de segunda classe. A paralisação da Rússia transformou o sistema europeu de Estados e provocou a tentativa alemã de romper, com uma política agressiva, a *entente* entre a França e a Grã-Bretanha na primeira crise marroquina. Em março de 1905, o imperador Guilherme II visitou Tânger e reafirmou, por insistência de seu chanceler von Bülow, a independência do Marrocos, exigindo, ao mesmo tempo, uma conferência internacional sobre o seu *status*. Com isso, von Bülow questionou o entendimento colonial entre a França e a Grã-Bretanha, no qual se reconhecia a predominância da influência francesa na região. Na Conferência de Algeciras, porém, no ano de 1906, a Alemanha sofreu uma derrota diplomática grave. Embora o ministro Delcassé, das Relações Exteriores da França, fosse obrigado a se demitir pela insistência da Alemanha e a independência formal do Marrocos fosse confirmada, o domínio informal francês sobre esse Estado foi corroborado e a *Entente Cordiale* saiu fortalecida do conflito. A posição diplomática da Alemanha piorou muito com a primeira crise marroquina e a Inglaterra estava de tal forma preocupada com as intenções da Alemanha que procurou uma aproximação com a Rússia.

Depois do enfraquecimento de 1905, a Rússia mostrou-se disposta a celebrar compromissos com a Grã-Bretanha. Assim como o acordo entre a Grã-Bretanha

e a França, a *entente* anglo-russa de agosto de 1907 não era uma aliança formal, mas um pacto para conciliar os atritos coloniais na Pérsia, no Tíbet e no Afeganistão. A causa profunda, porém, da aproximação era, segundo Bridge e Bullen, a intenção britânica de evitar uma hegemonia alemã na Europa. A conclusão da entente anglo-russa ampliou a Entente Cordiale para a Trílice Entente que depois, passo a passo, transformou-se, de fato, numa aliança.

Depois de dez anos de *Weltpolitik*, o (auto)isolamento da Alemanha estava completo e, na sua percepção, o cerco dos inimigos fechava-se. Essas conseqüências catastróficas da política exterior alemã e, principalmente, a provocação, sem nenhuma necessidade, do antagonismo teuto-britânico, levou a historiografia a refletir intensamente sobre os motivos profundos da *Weltpolitik*. Não era a concorrência econômica entre a Alemanha e a Grã-Bretanha que dava o impulso principal para a deteriorização da relação bilateral. Pelo contrário, após 1896, como conseqüência da boa conjuntura mundial, os atritos econômicos diminuíram. As interpretações baseadas nas pressuposições do chamado primado da política exterior, que cedem uma alta autonomia à política externa dos Estados, tendem a mostrar a *Weltpolitik* como uma expressão extrema de tendências generalizadas. Após 1890, argumenta-se: a política externa de todas as grandes potências mundializou-se. Construía-se sobre prestígio, poder e *status*, como valores absolutos e referenciais de comportamento internacional, que determinavam cada vez mais as mentalidades coletivas e das elites dominantes. Uma nova *Zeitgeist* (mentalidade do tempo) prendia a humanidade a partir da década de 1890. Mas torna-se difícil seguir completamente os partidários da “grande política” e atribuir à política externa uma autonomia *vis-à-vis* à dimensão interna. Sobretudo, a *Weltpolitik* alemã é inexplicável, sem se considerar o seu vínculo com a política interna. A *Weltpolitik* da fase guilhermina, de acordo com Wehler e outros, tem as suas raízes primárias não em objetivos de política externa em si, mas estava planejada como uma estratégia de defesa do sistema político e de pacificação social interna. A política externa da Alemanha tinha como base “a instrumentalização da expansão, numa maneira fria e calculista, [...] para realizar objetivos de política interna” (WEHLER, 1995). A *Weltpolitik* e a construção naval representariam a tentativa (aliás, frustrada) de, por meio de “sucessos exteriores ou de um acionismo exaltante, corroborar a legitimidade do Estado autoritário e desviar da necessidade de reformas sociais e políticas”. A *Weltpolitik* deveria, de acordo com Bridge e Bullen, resolver a crise interna do sistema, ou seja, acabar com a ameaça dos trabalhadores e da social-democracia às elites. O império colonial e a construção naval teriam a função de integração social e a grandeza imperial ofereceria uma compensação pelo progresso social e político negado pelo regime dos *juncker*.

Essa dependência de legitimação do sistema guilhermino por sucessos na política externa e da demonstração do *status* de uma potência imperial, de um

lado, bem como a crescente rejeição da agressiva política alemã pelo sistema de Estados, de outro lado, provocaram um endurecimento dos conflitos internacionais depois de 1908. Com a primeira crise marroquina, voltaram as crises internacionais da periferia do sistema mundial para a Europa e devoraram cada vez mais a possibilidade de compromissos entre as potências.

A chamada crise da anexação da Bósnia, de 1908-1909, demonstrou claramente essa crescente falta de vontade de negociação e estabelecimento de compromisso. A intervenção alemã, em março de 1909, arrastou o conflito regional para o plano de confronto entre as grandes potências e chegou a marcar uma importante etapa no desdobramento da Primeira Guerra Mundial. Desde o Congresso de Berlim de 1878, a ocupação da Bósnia e da Herzegovina pela Áustria-Hungria foi aceita por todas as grandes potências. Em outubro de 1908, a Áustria-Hungria anexou a região porque temia perdê-la de novo para a Turquia. A Sérvia pleiteava ambas as províncias para si e protestava, com a Rússia, de forma veemente. O prestígio da Rússia como grande potência e também o consenso na política interna russa dependiam muito de sua capacidade de representar e defender os interesses dos eslavos nos Bálcãs. Igualmente para a Áustria, a anexação das duas províncias tinha um duplo valor: mediante o ato, a monarquia dos Habsburgos visava demonstrar o seu poder como grande potência e, ao mesmo tempo, a sua determinação contra o separatismo étnico dos eslavos que integravam o império.

Mas a Rússia ainda estava militarmente enfraquecida, enquanto a Áustria-Hungria estremeceu diante de um confronto a sós com a Sérvia. Uma nota alemã contendo, segundo muitas interpretações, uma ameaça indireta de guerra e um ultimato para que a anexação fosse aceita forçou a Rússia e a Sérvia a recuarem. A Tríplice *Entente* tinha de ceder à ameaça alemã e sofreu uma derrota diplomática muito forte. Mas a Alemanha e a Áustria pagaram um preço alto pelo triunfo. A Rússia passou a uma posição de antagonismo aberto contra a Áustria-Hungria e a dependência da Áustria em relação à Alemanha tornou-se completa. As atividades propagandistas e, também, terroristas do nacionalismo dos eslavos do sul, apoiados pela Sérvia, concentravam-se agora contra a Áustria. A Rússia nunca esqueceu a humilhação pública e acelerou os seus esforços armamentistas. A decisão russa de não passar por uma segunda humilhação imposta pela Alemanha determinou a sua atitude na crise de julho de 1914.

A segunda crise marroquina, em 1911, acentuou o confronto entre os dois blocos, mas terminou desta vez com o recuo da Alemanha, o que foi considerado pela opinião pública alemã uma derrota. À ocupação pela França da capital do Marrocos, em maio de 1911, para dominar uma revolta contra o sultão, a Alemanha respondeu com o envio da canhoneira Panther ao porto de Agadir. A intenção da Alemanha era extrair, com a demonstração de força e em troca do

reconhecimento do protetorado francês sobre o Marrocos, extensas concessões territoriais na África negra e, desse modo, acrescentar à França uma derrota diplomática. Só a atitude clara da Inglaterra em favor da França fez com que a Alemanha suspendesse seu rumo de confronto e se contentasse com uma pequena parte do Congo. A Alemanha exerceu “uma extensa política de *bluffe*”, ostentou-se marcial, talvez sem ter querido a guerra, mas definitivamente sem ter condições de fazê-la, porque seus parceiros da Tríplice Aliança, a Áustria-Hungria e a Itália, não estavam preparados (HILDEBRAND, 1989). A Alemanha mobilizou sua opinião pública, sobretudo as correntes chauvinistas e belicistas, os chamados *Alldeutsche*, mas depois, na visão destes, praticou uma humilhante retirada.

A segunda crise marroquina fortaleceu a Tríplice *Entente* e a ligação entre a França e a Grã-Bretanha. Ela causou na Alemanha, como também nos outros países da *Entente Cordiale*, conflagrações nacionalistas e uma intensificação da corrida armamentista. A situação internacional piorou drasticamente após 1911 e reforçou-se a certeza, tanto na Alemanha como nos países da *entente*, de que um confronto entre os dois blocos seria inevitável.

A Itália aproveitou-se da fixação das grandes potências na crise do Marrocos para ocupar, contra a vontade dos seus parceiros da Tríplice Aliança, em 1912, Trípoli e, mais tarde, a Líbia, parte do Império Otomano na África do Norte. Enfraquecida a Turquia, a Sérvia e a Bulgária atacaram-na, em outubro de 1912, com a Grécia e Montenegro (estes quatro países formavam a Liga Balcânica), para dividir a Macedônia entre si. A Turquia sofreu uma derrota aniquiladora nessa primeira guerra dos Balcãs e teve de desistir da quase totalidade dos territórios europeus. Na segunda guerra balcânica, em 1913, houve a disputa das conquistas da primeira. Romênia, Grécia e Sérvia aliaram-se contra a Bulgária, que foi derrotada. A Sérvia duplicou o seu território nessas guerras, mas, por causa da insistência da Áustria, teve, em virtude da criação da Albânia, inibido o seu acesso ao Mar Adriático.

Por causa do envolvimento da Áustria-Hungria e da Rússia, as guerras balcânicas levaram a Europa, de novo, à beira de uma grande guerra, que, neste momento, nem a Alemanha nem a Rússia queriam. A Alemanha não se sentia suficientemente preparada para a guerra naval e obrigou a Áustria-Hungria à moderação. A Inglaterra atuou, da mesma forma, com respeito à Rússia. Bridge e Bullen vêem nisso “um dramático renascimento do Concerto Europeu”. Mas, como consequência, as guerras balcânicas serviram para encaixar a última peça do mosaico do conflito que culminou na Primeira Guerra Mundial. A Áustria-Hungria estava alarmada com o crescimento do território da Sérvia e aguardava a oportunidade de um golpe militar decisivo contra o país, o que ocorreu em julho de 1914, com o assassinato de Franz Ferdinand, herdeiro do trono austríaco, em Sarajevo.

Essas tensões e conflitos entre as grandes potências, que se agravaram dramaticamente depois de 1911, representam só um lado do sistema internacional entre 1897 e 1914, embora ele seja o lado predominante. O outro lado consistiu de tentativas de *rapprochement* e negociações. Tanto entre a Alemanha e a Rússia como entre a Alemanha e a Grã-Bretanha houve, depois da criação dos dois blocos, várias tentativas de *détente*. Os acordos entre a Alemanha e a Grã-Bretanha, em 1913 e 1914 (sobre o futuro das colônias portuguesas, a construção da ferrovia de Bagdá e a região do Golfo Pérsico), segundo alguns autores, significaram uma melhoria das relações teuto-britânicas na época. Mas, muitos autores (por exemplo, Lowe e Kennedy) interpretam tais acordos como insignificantes para a situação europeia. A Alemanha não estava preparada para compromissos substanciais nas questões centrais das relações internacionais. A última investida da Grã-Bretanha, a missão Haldane de fevereiro de 1912, cuja intenção era negociar uma moderação na corrida armamentista, foi torpedeada pelo almirante Tirpitz e pelo imperador alemão.

### **3.5.2 A crise de julho de 1914 e a deflagração da Primeira Guerra Mundial**

No dia 28 de junho de 1914, Franz Ferdinand, herdeiro ao trono austríaco, e sua esposa foram assassinados por um estudante bósnio nacionalista em Sarajevo, a capital da Bósnia, anexada pela Áustria-Hungria em 1908. O atentado foi planejado por uma organização terrorista sérvia, a Mão Negra. A Áustria viu no atentado a ansiada possibilidade de avançar militarmente contra a Sérvia, mas dependia, nas suas atitudes, totalmente da Alemanha, porque uma guerra contra a Sérvia provocaria a intervenção russa em favor da aliada.

Na liderança político-militar da Alemanha, os belicistas chegaram a dominar. Estavam a favor de se usar o atentado como pretexto para uma guerra preventiva contra a Rússia ou, como o imperador parecia querer, como oportunidade para “acabar” com a Sérvia. No dia 5 de julho, o imperador alemão forneceu à Áustria-Hungria a famosa *carte blanche*, que assegurava a incondicional fidelidade da Alemanha à aliança com a Áustria. Ao mesmo tempo, a Alemanha exigiu que a Áustria agisse rapidamente para confrontar as grandes potências com um *fait accompli*. Com isso, a Alemanha assumiu, de fato, a iniciativa no agravamento do conflito.

O Imperador Guilherme II esperava que o Czar, chocado com o assassinato de um monarca europeu, aceitasse uma punição da Sérvia. O chanceler Bethmann-Hollweg, porém, o dirigente alemão mais importante durante a crise de julho, estava convencido de que uma guerra contra a Sérvia no cenário internacional da época poderia desencadear uma guerra mundial (HILDEBRAND, 1989).

A Áustria-Hungria não estava preparada para a reação rápida exigida pela Alemanha. A preparação do exército para a campanha contra a Sérvia procrastinou-se e o primeiro-ministro húngaro insistia num ultimato à Sérvia, que foi retardado até o término da visita de Poincaré, o primeiro-ministro francês, a Moscou. As exigências formuladas pela Áustria-Hungria no ultimato à Sérvia, no dia 23 de julho, eram inaceitáveis, porque teriam representado uma significativa limitação da soberania da Sérvia. A Rússia decidiu apoiar a Sérvia militarmente, caso as tropas austríacas ultrapassassem a fronteira sérvia. Na resposta altamente hábil ao ultimato, a Sérvia aceitava todas as condições; recusava, porém, prerrogativas à Áustria e a participação direta desta na investigação do atentado em território sérvio. O errático imperador alemão ficou de tal forma impressionado com a resposta da Sérvia e também com a possibilidade de uma intervenção britânica contra a Alemanha que estava querendo contentar-se com a humilhação diplomática da Sérvia e desistir da guerra austríaca contra aquele país. Foi, porém, manipulado pelo seu governo, sobretudo pelo chanceler Bethmann-Hollweg, que seguiu a “linha dura” e que urgiu uma rápida declaração de guerra.

Em 28 de julho, a Áustria-Hungria declarou guerra à Sérvia e, um dia depois, iniciou o bombardeio de Belgrado. A partir daí, os mecanismos de escalada ativaram-se, transformando a guerra local em uma guerra continental (a Alemanha declarou guerra à Rússia três dias depois, e à França, logo a seguir). Em 1917, a participação dos Estados Unidos e a de outros países ultramarinos deram à guerra dimensão verdadeiramente mundial.

Por temor das tradições pacifistas e internacionalistas da social-democracia e do movimento trabalhista alemães, a estratégia política de Bethmann-Hollweg era a de que a Alemanha aparecesse como atacada, e não como agressora. Assim, no mínimo, teria de aguardar a mobilização militar da Rússia para apontá-la como ato de agressão contra a Alemanha. Isso colidiu, porém, com as exigências militares do Plano Schlieffen, cujo elemento essencial era uma rápida mobilização das forças armadas alemãs. No dia 30 de julho, o Czar ordenou a mobilização geral. Como a Rússia não reagiu a um ultimato alemão de revogar a ordem no prazo de 12 horas, a Alemanha declarou guerra a ela em 1<sup>o</sup> de agosto, e no dia 3 à França. Declarada guerra à França, no mesmo dia, a Alemanha iniciou a invasão da Bélgica, que estava neutra, para assim, de acordo com o Plano Schlieffen, aniquilar a França numa campanha de seis semanas. O desrespeito à neutralidade belga deu justificativa à Grã-Bretanha de entrar na guerra, ao lado da *entente*, no dia 4 de agosto.

Aos aliados da Trílice *Entente* (Rússia, França e Grã-Bretanha), juntaram-se o Japão (1914), a Itália (1915), Portugal e a Romênia (1916). Os Estados Unidos entraram na guerra em abril de 1917, do lado das nações aliadas, acompanhados

de vários países de fora da Europa, sobretudo dos latino-americanos (entre eles, o Brasil, em outubro de 1917). As potências da Dupla Aliança foram apoiadas pela Turquia (1914) e pela Bulgária (1915).

As esperanças de uma vitória rápida contra a França esbarraram logo na batalha do Marne, no início de setembro de 1914, o que fez parar o avanço alemão. Depois de várias batalhas e de perdas elevadas, a frente do oeste alemão solidificou-se, no fim de 1914, do Canal da Mancha até a Suíça e movimentou-se, nos três anos seguintes, nada mais do que alguns quilômetros. A guerra transformou-se na primeira guerra de trincheiras da história, em que, de acordo com a tecnologia militar, o lado defensivo teria mais vantagens em relação ao ofensivo. O plano de campanha alemão tinha fracassado logo nos primeiros dias da guerra. As tentativas de romper o impasse na frente do oeste e de esgotar os inimigos em longas batalhas materiais (por exemplo, nas batalhas de Verdun e do Somme) acarretaram terríveis perdas humanas, em ambos os lados, sem que, no entanto, se lograsse chegar a uma decisão militar.

Na frente do leste, dominava a guerra de movimento. A Rússia venceu algumas batalhas contra o exército austríaco, mas sofreu derrotas fulminantes contra os alemães. Depois da conflagração da Revolução Russa, em 1917, a frente do leste desmoronou e, no dia 15 de dezembro de 1917, sobreveio a conclusão de um cessar-fogo entre a Alemanha e a Rússia. No pacto de paz de Brest-Litowsk, de março de 1918, os militares alemães impuseram à Rússia condições de paz extremamente duras.

A entrada dos Estados Unidos na guerra, em abril de 1917, destruiu as possibilidades que surgiram do pacto de paz, em separado, com a Rússia (e também com a Finlândia e a Romênia). Foi a irrestrita guerra submarina alemã que levou os Estados Unidos a participarem do conflito. O ataque alemão no oeste, que tinha como objetivo forçar uma decisão, antes da chegada das tropas americanas, fracassou, em agosto de 1918, com a ofensiva adversária no rio Somme. A entrada americana na guerra foi decisiva. A partir de setembro de 1918, os aliados alemães, isto é, a Bulgária, a Turquia e a Áustria-Hungria, desmoronaram, um após outro, e pediram o cessar-fogo. Finalmente, a 11 de novembro de 1918, depois da deflagração da revolução em Berlim e da abdicação do imperador, a Alemanha aceitou as condições do cessar-fogo e a derrota.

### **3.5.3 O debate sobre as causas e a culpa da guerra**

O artigo 231 do Tratado de Paz de Versalhes (1919) culpa e responsabiliza o Império Alemão e os seus aliados pela deflagração da Primeira Guerra Mundial, considerando, pois, a Alemanha responsável pelas perdas humanas e materiais e

pela destruição resultante do conflito. Essa atribuição de culpa, moral e jurídica, provocou, imediatamente depois de 1918, uma verdadeira “guerra mundial dos documentos” (SCHWERTFEGER *apud* HILDEBRAND, 1989), ou seja, a tentativa de refutar, com a ajuda da publicação de documentos históricos, a imputação de culpa exclusivamente à Alemanha. Iniciou-se, especialmente pela direita nacionalista alemã, uma luta que usava a ciência histórica contra a chamada “mentira da culpa da guerra”. Nesse contexto, o Ministério das Relações Exteriores alemão promoveu extensa edição de documentos, em quarenta volumes, chamada *Die Große Politik der europäischen Kabinette, 1871-1914*. Embora essa edição represente uma excepcional coleção de documentos sobre a política européia, desde a fundação do Império Alemão, ela se caracteriza pelo interesse político no revisionismo alemão da culpa da guerra. A Grã-Bretanha respondeu, a partir de 1926, com a publicação dos *British Documents on the Origins of the War — 1898-1914* (11 volumes), seguida por semelhantes edições de documentos da França, da Áustria, da Iugoslávia e da Rússia.

O revisionismo alemão acerca da acusação de ter causado a guerra responsabilizou a França ou a Inglaterra, mas, em primeiro lugar, a Rússia, pelo desencadeamento da Primeira Guerra Mundial. Segundo este raciocínio, a Alemanha teria reagido, em julho de 1914, em “legítima defesa” contra a Rússia, que se mobilizava para a guerra. Dois historiadores norte-americanos (Barnes e Fay) apoiaram a posição do revisionismo alemão na década de 1920. Barnes nega a culpa das potências da Tríplice Aliança e responsabiliza a *Entente Cordiale*. A Sérvia teria tido a responsabilidade principal e a guerra da Áustria contra ela era justificável. A política alemã teria sido orientada pela paz, e a intervenção das potências da *entente* no conflito entre a Áustria e a Sérvia teria provocado a Primeira Guerra Mundial.

Como historiadores expressivamente anti-revisionistas destacaram-se, no período entre as duas guerras, principalmente Herman Kantorowicz (Alemanha), Pierre Renouvin (França) e Bernadotte Schmitt (Estados Unidos) Kantorowicz argumenta que todos os Estados colocaram, em julho de 1914, a paz em perigo, mas sem desejar uma guerra mundial. A responsabilidade das potências da Tríplice Aliança teria sido maior do que a das outras, uma vez que a Áustria-Hungria teria iniciado deliberadamente a guerra contra a Sérvia, e a Alemanha estava disposta a arriscar uma guerra continental contra a Rússia. A interpretação de Renouvin tira a responsabilidade da guerra da *entente*, principalmente da França. Ele culpa a Alemanha, mas sem acusá-la da deflagração intencional de uma guerra mundial. Mesmo assim, argumenta Renouvin, a Alemanha aceitou a possibilidade de uma guerra local para mudar a situação nos Bálcãs. Na eventualidade de uma guerra européia, a Alemanha teria esperado a neutralidade e a



não-interferência da Grã-Bretanha. O historiador inglês Taylor, que publicou a sua obra principal depois da Segunda Guerra Mundial, responsabiliza exclusivamente a Alemanha pela Primeira Guerra Mundial e, além disso, vê a agressiva política externa da Alemanha guilhermina como parte de uma tradição que vincula o Império Alemão ao Terceiro Reich de Adolf Hitler. Na crise de julho de 1914, argumenta Taylor, a política austríaca teria dependido totalmente da aprovação alemã. A Alemanha teria visto, nessa “guerra preventiva” contra a Sérvia, uma boa oportunidade de mudar, a seu favor, a balança de poder na Europa que, lentamente, inclinava-se para a *entente*.

Ainda durante o período entre as duas guerras mundiais, surgiu uma outra linha de interpretação que, depois da Segunda Guerra Mundial e na constelação da guerra fria, parecia politicamente muito adequada. Por essa visão, nega-se a Estados individuais a culpa pela deflagração da Primeira Guerra Mundial e responsabilizam-se o sistema internacional e o caráter das relações internacionais. Segundo essa interpretação, foram responsáveis pela guerra a impossibilidade de limitar os conflitos em razão da divisão bipolar da Europa, a diplomacia secreta, o automatismo das reações em cadeia por causa das alianças militar-políticas, o fatal entrelaçamento de circunstâncias infelizes, mas não as políticas conscientes dos Estados, dos povos ou de políticos individuais. Nessa “tragédia europeia”, não era que o direito se opusesse ao que não era direito, mas era o direito contra o direito. O dito famoso de Lloyd George, de 1933, de que todos os Estados, de uma maneira, “resvalaram” na guerra sem a querer caracteriza essa posição importante, para não dizer predominante, entre os historiadores alemães e franceses, entre 1945 e 1960 (HILDEBRAND, 1989).

O livro de Fritz Fischer, de 1961, com o título *Griff nach der Weltmacht. Die Kriegszielpolitik des kaiserlichen Deutschland, 1914-1918* (“A garra pelo poder mundial. Os objetivos de guerra da Alemanha imperial, 1914-1918”), abalou essa visão harmônica e iniciou um novo e imenso debate sobre as origens da Primeira Guerra Mundial. A interpretação de Fischer que, no decorrer do debate, radicalizou-se, é resumida nos parágrafos seguintes.

Baseando-se no chamado Programa de Setembro (de 9 de setembro de 1914), Fischer argumenta que a Alemanha, em última análise, teria conduzido uma guerra ofensiva. No programa, o governo alemão articulou extensos objetivos de guerra, que significariam a hegemonia alemã na Europa: a anexação de Luxemburgo e de partes da Bélgica e da França, o enfraquecimento permanente da França, o deslocamento das fronteiras russas para o leste, a dominação econômica alemã na Europa Central e a criação de um Império Alemão na África Central. Para Fischer, o governo alemão foi o responsável principal pelo fato de a crise de julho de 1914 ter-se transformado em uma guerra generalizada. A

Alemanha teria desejado a guerra entre a Áustria e a Sérvia, e a tornou possível por meio da *carte blanche* dada à Áustria-Hungria. A questão sérvia em si teria sido de menor importância para a Alemanha. Argumenta Fischer que a questão somente teria servido para “deflagrar a grande guerra com a Rússia e a França”. A Alemanha teria especulado conscientemente sobre a neutralidade inglesa no caso de declaração de guerra contra a França e a Rússia. Nos objetivos alemães da guerra, bem como na mentalidade das elites e na orientação das políticas externa e interna, teria existido uma forte continuidade entre o Império Alemão e o Terceiro Reich de Adolf Hitler (tese de continuidade). Em publicações posteriores, Fischer aproxima-se das posições que interpretam a política exterior agressiva do Império Alemão como um reflexo compensatório das pressões sociais e políticas sobre a política interna.

O livro de F. Fischer provocou, durante mais de 20 anos, um debate entre os historiadores do mundo inteiro (a chamada Controvérsia de Fischer), que, com toda razão, foi considerado o debate historiográfico mais importante do pós-guerra (KOCH, 1972; JÄGER, 1984; LANGDON, 1991). Os argumentos de Fischer tiveram impacto profundo. Mas, em última análise, a sua hipótese de que a Alemanha teria conscientemente conduzido uma planejada guerra ofensiva não convenceu a corporação dos historiadores. O outro extremo, sugerido pelo revisionismo alemão, de que a Alemanha teria enfrentado uma mera guerra de defesa, não encontra, hoje em dia, defensores entre historiadores sérios. Apesar de todas as diferenças entre as abordagens e visões, a maioria dos historiadores pensa que, no ano de 1914, todos os Estados europeus teriam anulado a paz (HOBSBAWM, 1992), mas que a política alemã teria tido a responsabilidade principal pela guerra, sem ter tido, contudo, uma clara e expressiva vontade de uma guerra ofensiva. As elites alemãs sentiram-se, na política externa, cercadas por coalizões inimigas; na política interna, abaladas no seu domínio pelo fracasso da *Weltpolitik* social-imperialista e pela vitória social-democrata nas eleições de 1912 (WEHLER, 1995). Essas elites desembarcaram, numa mentalidade subjetiva de defesa, numa agressiva “fuga pela frente”. Essa “luta defensiva, com meios ofensivos” tinha como objetivo, se fosse possível, uma expressiva vitória política, mas não descartava a possibilidade de uma guerra, ainda que limitada. As abordagens tradicionais, que pressupõem a autonomia da política externa como uma premissa metodológica, identificam este “beco sem saída das elites” como determinado exclusivamente pela política exterior. A realização da “história social” das relações internacionais consiste na ampliação dessa perspectiva. Os historiadores dessa abordagem apontam convincentemente para a interligação da legitimidade interna do sistema político com o prestígio na política exterior. Eles também destacam, como um fator decisivo, o pessimismo profundo das eli-

tes dominantes na Alemanha que, em julho de 1914, tentaram romper a situação defensiva na política externa, bem como na interna, com sucesso espetacular, que traria de volta prestígio e legitimidade perante o seu povo.

## Referências

- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX. Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. São Paulo: Editora da Unesp, 1994.
- AUSTEN, Ralph. *African economic history. Internal development and external dependency*. London: J. Currey, 1987.
- BERGHAHN, Volker R. *Imperial Germany, 1871-1914: economy, society, culture and politics*. Providence: Berghahn Books, 1994.
- BRIDGE, Francis R.; BULLEN, Roger. *The great powers and the European states system 1815-1914*. Harlow: Longman, 1980.
- BRUNSCHWIG, Henri. *A partilha da África negra*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- CAIN, P. J.; HOPKINS, A. G. *British imperialism: innovation and expansion 1688-1914*. London, New York: Longman, 1993.
- CLARENCE-SMITH, William G. *The third Portuguese empire, 1825-1975. A study in economic imperialism*. Manchester: Manchester University Press, 1984.
- COBBAN, Alfred. *A history of modern France*. London: Penguin Books, 1990. t. 3: France of the republics 1871-1962.
- FIELDHOUSE, D. K. *The colonial empires. A comparative study from the eighteenth century*. London: Weidenfeld & Nicolson, 1966.
- FISCHER, Fritz. *Griff nach der Weltmacht. Die Kriegszielpolitik des kaiserlichen Deutschland 1914/18*. Düsseldorf: Droste, 1961.
- \_\_\_\_\_. *Bündnis der Eliten. Zur Kontinuität der Machtstrukturen in Deutschland*. Düsseldorf: Droste, 1985.
- FRÖHLICH, Michael. *Imperialismus. Deutsche kolonial- und Weltpolitik 1880-1914*. München: s.e., 1994.
- GALL, Lothar. *Bismarck. Der weisse Revolutionär*. Frankfurt am Main: Ullstein, 1980.
- GEISS, Imanuel. *Der lange Weg in die Katastrophe. Die Vorgeschichte des ersten Weltkriegs 1815-1914*. München: Piper, 1990.
- GEYER, Dieter. *Russian imperialism 1860-1914*. Leamington Spa: Berg, 1987.
- GIRAULT, René. *Diplomatie européenne et impérialismes. Histoire des relations internationales contemporaines*. t. 1: 1871-1914. Paris, New York: Masson, 1979.
- HAMMOND, Richard J. *Portugal and Africa 1815-1910: a study in uneconomic imperialism*. Stanford: Stanford University Press, 1966.
- HILDEBRAND, Klaus. *Deutsche Aussenpolitik 1871-1918*. München: Oldenbourg, 1989.
- HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. São Paulo: Paz & Terra, 1991.
- \_\_\_\_\_. *A era dos impérios, 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1992.

- HOPKINS, A. G. *An economic history of west Africa*. London: Longman, 1973.
- JÄGER, Wolfgang. *Historische Forschung und politische Kultur in Deutschland. Die Debatte 1914-1918 über den Ausbruch des ersten Weltkriegs*. Göttingen: Vandenhoeck e Ruprecht, 1984.
- JOLL, James. *The origins of the First World War*. London: MacMillan, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Europe since 1870. An international history*. London: Penguin, 1990.
- KEHR, Eckart. *Der Primat der Innenpolitik. Gesammelte Aufsätze zur preussisch-deutschen Sozialgeschichte im 19. und 20. Jahrhundert*. In: WEHLER, Hans-Ulrich (Org.). Berlin: De Gruyter, 1970.
- KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- KOCH, H. W. (Org.). *The origins of the First World War. Great power rivalry and German war aims*. London: MacMillan, 1972.
- LANGDON, John W. *July 1914. The long debate, 1918-1990*. New York, Oxford: Berg, 1991.
- LOWE, Cedric J. *The great powers, imperialism and the German problem, 1865-1925*. London: Routledge, 1994.
- MARSEILLE, Jacques. *Empire colonial et capitalisme français. Histoire d'un divorce*. Paris: Albin Michel, 1984.
- MAYER, Arno J. *A força da tradição. A persistência do antigo regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- MILZA, Pierre. *Les relations internationales de 1871 a 1914*. Paris: Armand Colin, 1990.
- MIÈGE, Jean-Louis. *Expansion européenne et décolonisation. De 1870 à nos jours*. Paris: Presses Universitaires de France, 1973.
- MOMMSEN, Wolfgang J. *Bürgerstolz und Weltmachtstreben. Deutschland unter Wilhelm II. 1890 bis 1918*. Berlin: Propyläen, 1995.
- ROBINSON, Ronald; GALLAGHER, John. *Africa and the Victorians. The official mind of imperialism*. London, Basingstoke: MacMillan, 1961.
- SCHMIDT, Gustav. *Der europäische Imperialismus*. München: Oldenbourg, 1985.
- SHEEHAN, Michael. *The balance of power. History and theory*. London: Routledge, 1996.
- TAYLOR, A. J. P. *The struggle for mastery in Europe, 1848-1918*. Oxford, New York: Oxford University Press, 1954.
- WATSON, Adam. *The evolution of the international society. A comparative historical analysis*. London: Routledge, 1992.
- WEHLER, Hans-Ulrich. *Grundzüge der amerikanischen Aussenpolitik, I: 1750-1900. Von der englischen Küstenkolonie zur amerikanischen Weltmacht*. Frankfurt: Suhrkamp, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Deutsche Gesellschaftsgeschichte 1849-1914*. München: Beck, 1995. t. 3: 1849-1914.
- WILLIAMSON, Samuel R. *Austria-Hungary and the origins of the First World War*. London: MacMillan, 1991.

- WOODRUFF, William. The emergence of an international economy 1700-1914. In: CIPOLLA, Carlo M. (Org.). *The fontana economic history of Europe*. Glasgow: Collins, 1975. t. 4.
- ZIEBURA, Gilbert. Interne Faktoren des französischen Hochimperialismus 1871-1914. Versuch einer gesamtgesellschaftlichen Analyse. In: ZIEBURA, Gilbert; HAUPT, Heinz-Gerhard (Org.). *Wirtschaft und Gesellschaft in frankreich Seit 1789*. Gütersloh: Kiepenheuer e Witsch, 1975.
- ZORGBIBE, Charles. *Histoire des relations internationales*. Paris: Hachette, 1994. t. 1: 1871-1918.